



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LETRAS**

TEREZA DO CARMO BENTES DE VASCONCELOS

**A IDENTIDADE CULTURAL E SOCIAL NA BNCC (BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR) E BNCC DO ESTADO DO PARÁ EM
PERSPECTIVAS DECOLONIAIS: UMA CRÍTICA DO DISCURSO**

**Santarém-PA
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LETRAS**

TEREZA DO CARMO BENTES DE VASCONCELOS

**A IDENTIDADE CULTURAL E SOCIAL NA BNCC (BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR) E BNCC DO ESTADO DO PARÁ EM
PERSPECTIVAS DECOLONIAIS: UMA CRÍTICA DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao programa de mestrado em Letras –
PPGL – da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA,
como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientador: Prof. Dr. Heliud Luís Maia Moura

Santarém-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

V331i Vasconcelos, Tereza do Carmo Bentes de
A identidade cultural e social na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e
BNCC do Estado do Pará em perspectivas decoloniais: uma crítica do discurso./ Tereza
do Carmo Bentes de Vasconcelos. – Santarém, 2024.
117 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Heliud Luis Maia Moura.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Identidade sociocultural. 2. Análise do discurso. 3. BNCC. I. Moura, Heliud Luis Maia, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 370.981



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ATA Nº 6

No vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, em formato remoto pelo Google Meet, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos professores Prof. Dr. HELIUD LUIS MAIA MOURA (orientador e presidente), Prof. Dr. JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO (membro externo) e Profa. Dra. SILVIA CRISTINA BARROS DE SOUZA HALL (membro interno) a fim de arguirem a mestranda TEREZA DO CARMO BENTES DE VASCONCELOS, com a dissertação intitulada "A CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE SOCIOCULTURAL NA BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR), BNCC DO ESTADO DO PARÁ E TEXTOS AFINS: UMA CRÍTICA DO DISCURSO". Aberta a sessão pelo presidente, coube à candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, a candidata respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

(X) Aprovada, fazendo jus ao título de Mestre em Letras.

() Reprovada.

Prof. Dr. JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO, UFPI

Examinador Externo à Instituição

Profa. Dra. SILVIA CRISTINA BARROS DE SOUZA HALL, UFOPA

Examinadora Interna

Prof. Dr. HELIUD LUIS MAIA MOURA, UFOPA

Presidente

Tereza do Carmo Bentes de Vasconcelos
TEREZA DO CARMO BENTES DE VASCONCELOS

Mestranda

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciam a partir de uma certeza presente desde antes que eu a pudesse conhecer. A certeza em uma ciência grandiosa, que se desvenda mínima e parcialmente a cada etapa concluída, sendo em experiências sociais, profissionais e a mais importante delas: a que venço minhas barreiras através da fé e da confiança, no íntimo do meu ser, festejada tão somente por mim e por Aquele que me sonda e me conhece.

São os mistérios sobre a capacidade de seguir em frente mesmo depois de cair sem expectativas de volta, experimentada por breves e intensas pausas, que renasço tão somente pela oportunidade de voltar ao caminho com mais fé a cada passo. Permito usar uma denominação comum para tornar compreensível essa minha verdade, seria “Amor” mesmo antes de “Deus”. Se não fosse o amor e a paciência infinita a me restaurar as forças, eu nada seria ou continuaria a existir...

Sigo meus agradecimentos dirigindo plena consideração a quem, nesta etapa, indicou o caminho que deveria ser percorrido, cumprindo seu papel além da designação de orientador, como um pai a corrigir com severidade ao tempo que acolhe e nos faz acreditar em possibilidades de ir além do que era visível: Prof. Dr. Heliud Luis Maia Moura.

Igual consideração de reconhecimento manifesto ao órgão público FAPESPA, que pela concessão da bolsa, me proporcionou cursar o mestrado sem compromissos paralelos e adquirir experiências de aperfeiçoamento profissional relevantes para minha trajetória e para região.

Tantos laços pessoais e únicos merecem destaque nestas linhas, pessoas, lugares que são caros a mim, pois não representam apenas referências de pesquisa ou breve estadia, são memórias familiares ativadas a cada abraço, cada conversa. O que me foi concedido enquanto professora e agora pesquisadora, permitiu o florescer e o crescer nos campos de várzea da semente inicial do projeto inspirador desta Dissertação.

Rendo assim minha gratidão a todos e todas que me propiciaram momentos felizes, desafiadores, de acolhimento, de verdadeira manifestação do que é segurar não somente a mão, mas andar comigo para que eu pudesse escrever com mais segurança palavras em meus escritos

da alma, a se eternizarem pela contribuição, pequenina, dada a sociedade, e aquelas que levarei como meus mais preciosos laços de amizade!

“...Examinas o meu andar e o meu deitar,

Meus caminhos são familiares a Ti.

A palavra ainda não me chegou à boca e Tu, Senhor, a conheces inteira.

Tu me envolves por detrás e pela frente, e sobre mim colocas a Tua mão.

É um saber maravilhoso que me ultrapassa, é alto demais, não posso atingi-lo!”

Salmo 139 – fragmento.

LISTA DE ABREVIACÕES

- ABAVE - Associação Brasileira de Avaliação Educacional
- ABdC - Associação Brasileira de Currículo
- ADC – Análise do Discurso Crítica
- ADTO – Análise do Discurso Textualmente Orientada
- AFC - Advocacy Coalition Framework
- ANPEd - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação ALED
- Associação Latino – Americana de Estudos do Discurso
- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- BNCC EF – Base Nacional Comum Curricular Ensino Fundamental
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
- CONAE - Conferência Nacional de Educação
- CONSED – Conselho Nacional de Secretariado de Educação
- DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
- MCD - Modelo de Coalização de Defesa
- MPB - Movimento pela Base
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PNE – Plano Nacional de Educação
- UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	13
2.1	ADC - ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA - VERTENTE DIALÉTICO RELACIONAL	17
2.1.1	Análise de Discurso Crítica (ADC) e Linguística Sistêmico Funcional (LSF) ..	22
2.2	CONCEITOS E CONTEXTUAÇÕES DE TEMAS GERADORES	25
2.2.1	Colonialidade, Descolonidade e Decolonialidade	25
2.2.2	Currículo	28
2.3	A VIVÊNCIA NA ESFERA PROFISSIONAL SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: NARRATIVA PESSOAL SOBRE CURRÍCULO	36
3	AS CATEGORIAS ESCOLHIDAS PARA A ANÁLISE NA PERSPECTIVA IDEOLÓGICA DE THOMPSON.....	46
3.1	REIFICAÇÃO	46
3.1.1	Naturalização	47
3.1.2	Eternalização	47
3.1.3	Nominalização/passivização.....	47
3.2	UNIFICAÇÃO.....	48
3.2.1	Padronização ou Estandarização	48
3.2.2	Simbolização da unidade	48
3.3	LEGITIMAÇÃO.....	49
3.3.1	Racionalização	49
3.3.2	Universalização.....	50
3.3.3	Narrativização.....	50
3.4	OS EXCERTOS DO DOCUMENTO CURRICULAR BNCC ESTADO DO PARÁ – EDUCAÇÃO BÁSICA – ESCOLHIDOS PARA ANÁLISE	52
4	PRÁTICAS E EVENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O PODER	62
	IDEOLÓGICO ATRAVÉS DO TEXTO E DO DISCURSO	62
4.1	TEXTO E DISCURSO COMO MODO DE PRÁTICA POLÍTICA E IDEOLÓGICA: RELAÇÕES DE PODER ATRAVÉS DE INSTITUIÇÕES E AMBIENTES SOCIOCULTURAIS.....	67
4.2	EXCERTOS SOBRE CURRÍCULO.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS.....	76

ANEXOS80

RESUMO

Esta pesquisa parte da análise do tema identidade sociocultural na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do estado do Pará, e em outros documentos curriculares normativos de responsabilidade governamental nas esferas estadual e nacional, constituídos para orientação e cumprimento de suas disposições. A elaboração e construção destes documentos nos dão indícios de que os mecanismos ideológicos presentes em textos desta natureza não são favoráveis a um espaço de crítica e outras abordagens que vão de encontro a suas características hegemônicas de poder. Analisar os papéis representados pelos participantes em determinados contextos institucionais nas dimensões da ADC (Análise de Discurso Crítica) em sua vertente Dialético relacional de Fairclough (2001) como também investigar como estão situados no texto os modos de operação da ideologia classificados por Thompson (2011) norteiam os objetivos desta pesquisa. Os referenciais de identidade trazidos por Fairclough dialogam com as de Stuart Hall (2006) que apresenta a identidade cultural na pós-modernidade. Os documentos curriculares oficiais serão o ponto de investigação do qual traçaremos análises sobre como o discurso constrói significados, influência nas formações de identidades e na prática social, de modo a favorecer grupos posicionados em ambientes institucionais principalmente na educação e na política, em espaços como a mídia e redes sociais. Dessa forma, analisamos se discursos de “construir”, moldar ou definir uma identidade se manifestam na proposta curricular e se são passíveis de influências, reprodução ou mudanças sociais.

Palavras-chave: Identidade sociocultural. Análise do discurso. BNCC.

ABSTRACT

This study initiates with the examination of the sociocultural identity theme within the BNCC (Base Nacional Comum Curricular) of Pará state, alongside other normative curricular documents issued by governmental bodies at both state and national levels, intended for guidance and implementation. The formulation and drafting of these documents suggest that the ideological underpinnings within such texts do not readily accommodate critical discourse or alternative perspectives that challenge their hegemonic power dynamics. Consequently, this research endeavors to analyze the roles assumed by stakeholders within specific institutional contexts through the lens of Critical Discourse Analysis (CDA), particularly employing Fairclough's Relational Dialectical framework (2001). Additionally, it aims to explore how the ideological mechanisms outlined by Thompson (2011) are situated within the textual discourse. Fairclough's conceptualization of identity is juxtaposed with Stuart Hall's (2006) portrayal of cultural identity in postmodernity, enriching the theoretical framework. Official curricular documents serve as the focal point for investigating how discourse shapes meanings, influences identity formation, and impacts social practices, especially within institutional realms such as education and politics, as well as in media and digital platforms. Consequently, the discourse of “constructing”, shaping, or defining identity manifests within curricular proposals and is susceptible to external influences, reproduction, or societal changes.

Keywords: Sociocultural Identity. Discourse analysis. BNCC

1 INTRODUÇÃO

A investigação sobre identidades sociais e culturais a luz da Análise Crítica do Discurso (ADC) chamou-me a atenção desde quando comecei a observar relações sociais de várias ordens nas comunidades que fazem parte da minha vivência, em especial o ambiente de trabalho. A experiência enquanto professora e intermediadora das orientações determinadas pelos documentos normativos, me trazia o paradoxo entre a teoria e a prática, ou mais que isso, como somos regidos ideologicamente a cumprir nossos papéis e nos posicionarmos ao que acreditamos ser nossa identidade cultural ou social. A primeira, comumente relacionada aos traços simbólicos e históricos do lugar em que nascemos e a segunda, diz sobre a participação em diversos setores que nos vinculamos por uma habilidade, formação remunerada - ou não - e afinidades em papéis sociais.

Assim, a escolha inicial do tema desta pesquisa seria um planejamento curricular da disciplina Língua Portuguesa em acordo com orientações da BNCC do estado do Pará, direcionado a escolas de comunidades ribeirinhas de Alenquer e Santarém, voltado para as práticas sociais e o despertar crítico dos alunos e alunas destas comunidades.

À medida que as leituras sobre Análise do Discurso avançavam, junto as contribuições trazidas pelas disciplinas do mestrado e a orientação acadêmica neste período, novos ângulos sobre poder e hegemonia surgiram, o que passei a observar como elas são estabelecidas, mantidas e algumas vezes contestadas no discurso e nos textos.

No capítulo dois, apresentamos conceitos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Crítica (ADC), as contribuições da Linguística Sistêmico Funcional (LSF) para a Análise do Discurso Crítica (ADC), o Currículo enquanto documento normativo, em suas atribuições legais de distribuição e consumo institucional no sistema de educação como um todo. Somamos a essa abordagem, conceitos pós coloniais, para assim justificar a relevância dos estudos da decolonialidade nos planejamentos dos componentes curriculares, bem como contextualizar a identidade sociocultural em tempos de hegemonias globais e perspectivas sobre pertencimento e territorialidade.

Neste capítulo consta ainda os caminhos relacionados a ADC (Análise do Discurso Crítica) a ADTO, (Análise do Discurso Textualmente Orientada) e a identidade social, em que o discurso é analisado envolvendo determinados processos, já que ele é materializado nos textos. Stuart Hall (2006), que discorre sobre identidade cultural na pós modernidade tem uma relevante contribuição quando trata de identidades pós coloniais. Ao se tratar dos estudos decoloniais,

Quijano, 2005, Landulfo, 2022, Mignolo, 2017, Resende, 2019 norteiam diferentes caminhos sobre a decolonialidade e termos referentes. Quanto ao currículo, Macedo (2014) traz a dicotomia da teoria e da prática nas políticas educacionais enquanto Lindolfo (2022) contribui sobre as questões decoloniais nas propostas curriculares, de considerável importância para esta pesquisa.

Assim, Fairclough nos coloca que “Projetos de pesquisa em Análise do Discurso são, portanto, mais sensivelmente definidos, primeiro em termos de questões sobre formas particulares de prática social e suas relações com a estrutura social; diante do enfoque que adota, em termos de aspectos particulares de mudança social ou cultural.” (2001, p. 276).

Este capítulo compreende ainda três dos cinco modos operacionais da Ideologia de Thompson (2011). Em dois modos operacionais - Reificação e Unificação - temos três estratégias cada um, enquanto que na Unificação apresentam-se duas estratégias, os quais seguem nas tessituras sobre ideologia dos capítulos seguintes.

Em sequência, o capítulo três apresenta a análise documental a partir dos excertos retirados da BNCC estado do Pará, tendo como pressuposto metodológicos ADTO (Análise do Discurso Textualmente Orientada). Desta forma, o Corpus está limitado a análise de excertos retirados da BNCC estado do Pará, a partir da concepção da ADC, sustentada por teorias nas quais a Ideologia está em conformidade com os mecanismos de poder através do texto, na perspectiva dos modos operacionais de Thompson (2011). Os tópicos que compõem os capítulos trazem uma afinidade com o propósito ideológico em textos institucionais, regidos pela ADC, como os que conduzem o discurso em práticas sociais e discursivas.

O capítulo quatro utiliza as propriedades teóricas da ADC para identificar como o poder ideológico se manifesta através do texto e do discurso em práticas e eventos sociais na educação brasileira. Examina-se como suas estruturas linguísticas refletem ideologias dominantes, moldando as percepções e comportamentos no contexto educacional. O enfoque do capítulo está na análise dos discursos de políticas educacionais em diferentes vozes e posicionamentos de grupos responsáveis por criar e desenvolver tais políticas, como também mostra que o discurso educacional não é neutro, mas sim um espaço de disputa de poder, onde diferentes agentes sociais buscam legitimar suas ações para alcançar uma “educação de qualidade”.

Assim, nas considerações finais, retomamos as questões sobre como as identidades são representadas direta ou indiretamente no discurso, no texto, práticas e eventos sociais, e, a partir desta discussão, visamos aperfeiçoar a pesquisa para que esta contribua nos estudos da área e outras afins.

2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa parte da análise documental da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do estado do Pará, e em outros documentos, textos e artefatos de pesquisa relacionados ao documento normativo de responsabilidade governamental. Está pautada fundamentalmente na ADC (Análise do Discurso Crítica), método ADTO (Análise do Discurso Textualmente Orientada) no qual é atribuído ao discurso uma concepção tridimensional entre texto, prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e a prática social.

Escolhemos a Ideologia para ponto basilar da análise dos textos visto que através do discurso, certas vozes são privilegiadas pelo controle da linguagem e pela disseminação de discursos hegemônicos, em que grupos dominantes podem manter e reforçar suas posições de poder na sociedade. Propusemos análises baseadas em sua maioria em três dos cinco modos simbólicos de operação da Ideologia de Thompson (2011) – **a Reificação, Unificação e a Legitimação**; Reificação e Legitimação se dividem em três categorias cada um e **Unificação**, duas categorias.

Para conceituar a palavra “identidade” nesta pesquisa, escolhemos duas atribuições que constam frequentemente nos documentos curriculares oficiais analisados: identidade social e identidade cultural. As comunidades ribeirinhas, por exemplo, têm sua estrutura sociocultural e histórica em atual processo de ressignificações, seja influenciado por fatores geográficos ou como parte de uma transformação social identitária, representativa, diante dos conceitos que moldam os aspectos globalizados atuais.

Logo, alinhamos referenciais de identidade nos estudos de Norman Fairclough (2001), em um olhar dialético relacional sobre discurso e práticas sociais, tendo o acréscimo de cultura ao conceito de identidade. Essas concepções trazem referências objetivas e subjetivas que nos situam no mundo, de abrangência individual, coletiva e em constante mudanças.

Stuart Hall (2006) afirma que a identidade costura o sujeito à estrutura. Ao descrever culturas nacionais, a ideia de associarmos a identidade cultural com a nacionalidade ou gentílico do lugar em que nascemos é recorrente, intrínseca a tudo a que este lugar está relacionado. Isso pode ser notado como uma relação de poder tanto para exaltar como depreciar determinados territórios e populações, seja por regiões de um país ou pequenas comunidades interioranas.

Como argumentou Benedict Anderson (1983) apud Hall, a identidade nacional é uma "comunidade imaginada." A linguagem, por exemplo, carrega elementos que caracterizam comunidades etnográficas em prismas que se estendem pelos campos de pesquisa da área, de

grande relevância, como de outras áreas que tornam o tema transdisciplinar. Em documentos normativos, é importante que essa identidade tenha um caráter ideológico de unificação (Thompson 2011) pois estabelece regras e orientações de funcionamento dos órgãos públicos institucionais junto as metas e maior desenvolvimento a ser cumprido em determinado prazo.

De acordo com Hall (2006), as identidades há tempos estabelecidas, estão em declínio, fenômeno que se denomina: crise de identidade”, na qual a fragmentação desta caracteriza o sujeito atual. Quanto a construção de identidades, ele afirma que elas são resultados de atos de criação linguística, visto que nós as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais, ou seja, são criadas por meios de atos da linguagem.

Ao voltar-se para identidades nacionais, ele propõe o conceito de que são coisas formadas e transformadas no interior da representação. Existe também, na constituição de cultura nacional, padrões de alfabetização universais, sendo uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação homogêneo.

Na abordagem da ADC, as práticas dos membros de grupos sociais são moldadas por estruturas, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, o que podem ter traços de investidas políticas e ideológicas, em posições de sujeitos e “membros”. A prática desses membros tem resultados em estruturas e relações sociais de maneira que eles não percebem diretamente essa influência. Segundo Fairclough, os procedimentos e ações usadas são heterogêneos e contraditórios, contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva. A sua análise tridimensional é formada pelo texto, a prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e a prática social, revisitada por outros críticos e pesquisadores da ADC.

Quanto a dialética do discurso com as práticas sociais, visto que as estruturas destas “são produtos de questões social de origem material e discursiva, especificada ao situar o discurso enquanto elemento de práticas sociais, dialeticamente interconectado a outros elementos da vida social” (Chouliaraki, Fairclough 1999, p. 22), é permitido adentrar espaços que dialoguem com as teorias aqui colocadas, não restringindo-os a um foco de análise predominantemente linguístico.

Ao que se refere as propriedades de análise a partir do texto, Fairclough recorre aos princípios da Gramática sistêmico funcional, de Halliday. Para a Gramática Funcionalista, as metafunções ocorrem de contextos sociais e culturais e são analisados a partir de três significados: experiencial, interpessoal e o textual, em determinados elementos da lexicogramática. A partir da adaptação para a teoria da ADC, Chouliaraki e Fairclough, assim classificam a rede de opções do discurso: “*gêneros* - tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular, *discursos* - tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade

de uma perspectiva particular, e *estilos*, “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua **identidade**.” (Melo & Resende, 2011. p. 65).

Na teoria dialético relacional, o significado **Acional** está vinculado aos gêneros do discurso, o significado **Representacional** ao discurso e por fim, o **Identificacional**, relacionado ao Estilo. Com base nessa tríade e nesse contexto, escolhemos o significado Identificacional e seu correspondente Estilos, que pressupõe “identificar a si e aos outros, como também identidades sociais e individuais”. (Melo & Resende, 2011. p. 69).

Essa amplitude de espaço sociocultural e geográfico da Amazônia paraense, situados em suas esferas de poder representadas na interação dos grupos seja em um espaço urbano ou uma comunidade ribeirinha, são retratados em algumas orientações da BNCC Estado do Pará como alternativas potenciais de autonomia quanto à identidade e lutas em meio a uma sociedade cada vez mais hegemônica.

Quanto a essa condição hegemônica de um texto institucional, Resende & Ramalho assim descrevem o foco de investigação da ADC: “Como ciência crítica, a ADC preocupa-se com efeitos ideológicos de sentidos de textos sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades” (2011, p. 30). O poder como hegemonia daí já demonstra sua influência, de vez que a distribuição e consumo do texto denota o cumprimento do que é estabelecido como forma de controle e de melhoramento no processo de aprendizagem do aluno, o que inclui também a mobilização de outros atores sociais ligados a esse processo.

Como a proposta de investigação situa-se nos efeitos ideológicos do texto, a predominância da análise estará nos três modos simbólicos de operação da Ideologia de Thompson, Legitimação, Unificação e Reificação, devido à proximidade das conjecturas que o texto apresenta sobre crenças, valores e relações sociais. A primeira, a Reificação, envolve as relações de poder, dominação, de forma secundária, revestidas de situações, fatos sociais e históricos como naturais e permanentes em oposição à verdadeira realidade destes fatos.

A Unificação diz respeito a uma identidade coletiva simbólica a ser criada como forma de representar um padrão hegemônico sobre indivíduos e grupos sociais. De acordo com Thompson (2011, p.86) “Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.”

Em seguida, são observadas relações de poder por Max Weber na Legitimação e podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem “representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio.” (Thompson, 2011. p. 82).

As categorias que se dividem os modos de operação da ideologia são as seguintes: na Reificação existe a Naturalização, Eternalização e a Nominalização/Passivização. Em seguida, a Unificação divide-se em Estandartização e Simbolização da unidade. Já na Legitimação, se encontra a Racionalização, a Universalização e a Narrativização. Cada uma delas será pontuada em tópicos posteriores, as quais servirão para justificar como as construções simbólicas de ideologias são encontradas no texto, e se os excertos que são tomados de exemplo correspondem, de fato, a uma intencionalidade de manutenção e estruturação de poder.

Uma de nossas assertivas em torno desta pesquisa é que não se pode criar pressupostos em uma pesquisa de natureza qualitativa, etno discursiva ou quaisquer outra na qual envolvam atores e eventos sociais, porque estamos lidando não somente com representações identitárias individuais ou de uma comunidade, e sim com diversas possibilidades próximas ou divergentes de nosso objeto.

O nosso papel enquanto professora e intermediadora das orientações curriculares da BNCC em sala de aula, é criar planejamentos que possibilitem práticas sociais voltadas para o despertar de um pensamento crítico e autônomo de alunos e alunas e através desse objetivo acreditar na mudança gradual da estrutura ideológica do sistema estabelecido, “mesmo que o pão seja caro, e a liberdade pequena” (Ferreira Gullar).

Investigar como as identidades são construídas e representadas na linguagem e na condição dialético relacional através dos documentos curriculares e textos afins, nos induz também a refletir sobre a prática social, no que se refere a distribuição e consumo de textos para a manter ou cristalizar relações de poder no sistema educacional do país.

Por essa razão, apresentamos uma proposta de currículo decolonial inspirada na BNCC estado do Pará, como devolutiva a região de várzea na qual se localizam as comunidades ribeirinhas escolhidas para gerar dados, também para que não nos mantivéssemos integralmente na pesquisa documental e sua análise, mas que adentrássemos na esfera da prática social.

Diante deste apanhado de conceitos teóricos metodológicos, esperamos que a pesquisa contribua para o despertar crítico entre os quais profissionais e comunidades, sociedade em geral. Outrossim, se torne uma opção que favoreça a autonomia para novos passos a serem dados por eles e elas além das propostas aqui sugeridas.

2.1 ADC - ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA - VERTENTE DIALÉTICO RELACIONAL

Desenvolvida por Norman Fairclough, a Análise de Discurso Crítica (ADC) Dialético Relacional é uma vertente constituída pela transdisciplinaridade de áreas como a Linguística, teoria social, Mídia, Economia, Antropologia, Direito, Saúde e Educação. Esta última, apoiada na análise dos discursos de mídia e de políticas educacionais, constitui parte considerável desta pesquisa, tendo em vista maior compreensão das multifaces relações entre sociedade, linguagem e poder através do discurso.

O atributo de dialética na ADC tem a finalidade de compreender as relações entre discurso e elementos sociais - tais como poder, identidade e ideologia, os quais Fairclough utiliza como referências para analisar o discurso como meio de estabelecer as práticas sociais. Esta abordagem enfatiza como múltiplos discursos interagem e são influenciados de maneira recíproca em torno de determinados contextos sociais, em fundamentos teóricos dos quais Ordem do Discurso, Gênero Discursivo, Interdiscursividade, Hegemonia e Poder destacamos entre os conceitos chave da teoria serão detalhados posteriormente.

Como vimos, o discurso é o ponto principal da teoria, e, na Ordem do Discurso, diz respeito ao conjunto de práticas e convenções discursivas presentes em uma sociedade ou instituição específica, as quais moldam e se adequam a estrutura social destas. Quanto ao Gênero, os tipos de discursos podem ser classificados de acordo com suas convenções e formas de expressão (políticos, midiáticos e acadêmicos, por exemplo) e, na Interdiscursividade, a análise dialética – relacional estuda como certos discursos se modificam, ao cruzar-se e transformar-se ao longo do tempo. Na ADC, a Hegemonia deve ser contestada através do discurso enquanto forma de manutenção das relações de poder, para isso os discursos devem ser não somente reproduzidos, mas modificados e presentes nas relações e práticas sociais.

Sobre a metodologia, a ADC adota em primeira a análise Textual, Discursiva, em que perpassa desde as estruturas sintáticas e outros aspectos linguísticos, à produção, distribuição e o consumo de textos. Em um âmbito social, a ADC pesquisa influências e reflexões sobre práticas discursivas nas estruturas sociais e institucionais, características do modelo tridimensional da teoria.

Os conceitos de Práticas e eventos sociais pertencem ao modelo tridimensional que, segundo Fairclough, é uma tentativa de reunir três tradições analíticas da Linguística, sendo elas a Análise Textual, a tradição macrosociológica – de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos

de senso comum compartilhados. (2001, p. 100). Assim, representa o texto como prática discursiva; dividida em produção, distribuição e consumo e a prática social.

Quanto a esse ponto, Resende e Ramalho (2011) assim descrevem o foco de investigação da ADC: “Como ciência crítica, a ADC preocupa-se com efeitos ideológicos de sentidos de textos sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades” (p. 30). O significado da crítica está ligado ao poder como hegemonia que destaca sua construção de natureza ideológica, uma vez que o discurso se materializa nas práticas sociais em determinados contextos.

Para ilustrar como as organizações vinculadas a educação seguem uma estrutura em comum sobre a análise textual, a prática discursiva, e a prática social, compilamos fragmentos de textos retirados de páginas da web destas organizações. Tais textos se organizam nas dimensões da ADTO em vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (análise textual), a força dos enunciados, a coerência, somando-se a dois principais conceitos da ADC que são hegemonia e ideologia (prática social).

Os discursos presentes nas mídias sociais, nas políticas públicas, institucionais e em outras esferas, têm formas de representar estereótipos, imagens, narrativas que moldam percepções identitárias de pessoas, por isso essa ideia se aproxima de nosso ponto de vista quanto a narrativas hegemônicas para documentos curriculares e em toda a estrutura dos textos relacionados a educação no Brasil.

Adentramos aqui em uma crítica feita por Macedo (2014). Em seu artigo: “Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação”, em que Macedo detalha como um modelo textual hegemônico apresenta elos determinantes que, em um trocadilho, “acorrentam” o pensamento de que o sistema educacional está em desenvolvimento emergente.

O discurso nos textos curriculares institucionais forma enredos de grupos que tem interesse na participação de uma “educação de qualidade”, expressão ideológica que não se distingue quais os verdadeiros papéis de cada um desses grupos. Estendem – se bandeiras em um campo comum, com interesses e valores voltados para as demandas capitalistas. Aqui destacamos a “comodificação” que, em termos de ordens do discurso é a colonização de ordens de discurso **institucionais** e mais largamente da ordem de discurso **societária** por tipos de discurso associados à produção de mercadoria.” (Fairclough, 2001, p. 255).

A formação de um texto educacional comodificado apresenta uma lexicalização de palavras em que se entende como um produto de consumo, entre elas “habilidade”, por sinal presentes nos textos da BNCC. No texto curricular, habilidades correspondem a conhecimentos

adquiridos através dos planejamentos didáticos de componentes específicos das disciplinas, determinando assim que as habilidades deixam de ser critérios de aspectos individuais para serem adquiridos a partir de parâmetros avaliativos generalizados.

A partir daí, parte -se para a criação de estratégias para a aquisição destas habilidades, as quais preparam o aluno “para a sociedade, o mercado de trabalho”. Elas são sugeridas em documentos institucionais da educação, neste caso, passa a ser uma seara promissora de investimentos, sobretudo iniciativas privadas. Instituições financeiras, empresas de diversos setores se tornam “parceiras” de programas e financiam ações em determinados períodos em escolas públicas, como descreve Macedo:

“A defesa de uma base nacional comum para o currículo tem funcionado como uma das muitas promessas de dar qualidade à educação para diferentes grupos da sociedade. Ela responde a múltiplas demandas; se apresenta como capaz de garantir, entre outros, redistribuição de renda e reconhecimento das diferenças (Moreira, 2010). Para tanto, ela significa qualidade da educação, assim como a crise que lhe serve de exterior constitutivo.” (2014, p. 1547).

Esse movimento em setores como a educação é uma tendência global do mercado de consumo. Termos como “indústria do entretenimento”, “indústria de aprovação em concursos e processos seletivos”, “indústria cultural” passam a “fabricar” produtos para “clientes” ou “consumidores” os quais promovem a venda e negociação de pacotes, cursos para aperfeiçoamento ou de qualificação. Tais discursos adentram o espaço escolar tomando formas distintas e performáticas, em documentos produzidos para estabelecer o patamar de estruturas político pedagógicas e de referências sobre o desenvolvimento medido através de estatísticas periodicamente avaliadas.

Destacamos novamente na colocação de Resende (2019) como a decolonialidade nos traz maneiras de ressignificar a autonomia e a identidade no campo educacional nesta nova configuração do pensamento dominador na globalização, em que os vieses históricos, sociais, políticos e culturais tendem a ser homogêneos:

Nos processos pedagógicos em que se ensinam as tecnologias e práticas de um campo do saber, a colonialidade do poder-saber-ser muitas vezes encontra, assim, terreno fértil para prosperar. Mas há aí um problema elementar. É que a criatividade cumpre papel fundamental na produção de saberes, na criação teórica, e a baixa autoestima científica nos amarra, já que frequentemente não nos reconhecemos capazes de contribuir efetivamente para a produção das teorias com as quais lidamos [...].

(Resende, 2019, p. 32).

Trata-se aqui de um alerta, um incentivo para a atuação docente e nos espaços acadêmicos, que nos permita sentir na balança não apenas o peso dos saberes, crenças, linguagens e expressões, recursos naturais, mas também da dinâmica social e política tão expressamente dirigida por discursos originários na negação do outro, da liberdade de exercer direitos conquistados pela luta de espaços na sociedade e em seu próprio lugar de pertencimento.

Estamos ainda em busca do posicionamento diante das múltiplas identidades que precisamos representar, e a que mais pesa é a ideologia de uma identidade cultural estática, da crítica e da autonomia atrelados a um discurso pendente de fatores já estabelecidos, “pensados”, prestigiados antes. É o que ressalta Quijano (2005) sobre a passividade na transição cultural e de não estarmos fora deste movimento, de sermos incluídos a novas configurações e nos sentirmos deslocados se não correspondermos a identidades já estabelecidas:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. (2005, p. 120).

A abordagem sobre como os mecanismos ideológicos estão a favor de interesses capitalistas inclusive no currículo, através de fundações ligadas a grandes empresas e sua repercussão na prática social, tem gerado protestos contra a permanência desta forma de associação nas políticas educacionais.

O campo discursivo e ideológico é investigado a partir do texto, definido por Fairclough enquanto “vocabulário”, “gramática”, “coesão” e “estrutura textual”, aonde o vocabulário passa a abranger “processos de lexicalização (significação) em que um foco de análise recai sobre lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica, sobre questões, tais como a “relexicalização” dos domínios da experiência como parte das lutas sociais e políticas ou como certos domínios são mais intensificamente lexicalizados do que outros.” (2001, p.105).

No contexto da ADC, significados de palavras para esta finalidade correspondem ao modelo normativo como nos dicionários, “que se harmoniza com textos que são produzidos e interpretados com uma orientação para o significado potencial, que trata este como um código a seguir ou de onde seccionar” (Fairclough, 2001, p. 231). Em contraponto, “criação de palavras” se aproxima da lexicalização, que envolve o processo de nominalização permite conceber as

perspectivas particulares dos domínios da experiência segundo uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica mais abrangente.” (Fairclough, 2001, p.237).

No outro campo pertencente a teoria tridimensional de Fairclough, a prática discursiva mobiliza a produção, onde os textos são produzidos de formas particulares e contextos sociais específicos. A distribuição pode ser simples ou complexa, influenciadas por fatores como cultura, história, política e economia. Podem ser textos aparentemente simples quando se trata de cenários imediatos como o *on-line* (posts em redes sociais, blogs, site de notícias) mas que possuem meios específicos de processamento, pois moldam as práticas discursivas, influenciam a construção de identidades e assim exercitam o poder em uma versão mais dinâmica e sucinta.

Em contraponto aos textos *on-line*, os textos offline (jornais impressos, revistas, discursos políticos, cartas e panfletos) não concorrem espaço com o *on-line* porque continuam a desempenhar um papel significativo como no meio institucional, por exemplo, tendo uma distribuição e alcance mais restritos. Documentos, livros, materiais informativos servem para examinar como as práticas discursivas se manifestam nos contextos sociais e institucionais, e se reproduzem ou desafiam ideologias dominantes. Ao longo desta pesquisa, utilizamos textos de ambas as modalidades, pois as interações entre eles geram novos significados e interpretações, o que determina aspectos e recursos que os atores sociais aderem ou subvertem.

A terceira dimensão da teoria de Fairclough (2001) discorre sobre discurso como prática social, situado em uma relação à ideologia e ao poder como hegemonia, em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica.

De acordo com Fairclough, baseado em Gramsci e Althusser (1971) ideologias são significações/construções da realidade (mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a reprodução ou a transformação das relações de dominação.” (2001, p.117). Ele inclui na prática discursiva uma “luta ideológica” para remoldá-las, a partir de elementos contrastantes e assim transformá-las.

Neste contexto, Fairclough apresenta três aspectos dos efeitos constitutivos do discurso: “O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como identidades sociais e “posições do sujeito” para os “sujeitos sociais” e os tipos de eu (...) Segundo o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.” (2001, p. 91).

Nesta sequência, o discurso tem uma ação fundamental na construção e manutenção de significados para cada realidade, porque identidades sociais para a ADC reflete a posição do

sujeito em seus movimentos individuais, grupais e institucionais, em diferentes ou similares papéis representados em relações que estabelecem diversas influências.

Por isso, além de construir significados, identidades e relações, o discurso abrange práticas sociais em diversas áreas, entre elas o ensino e a governança, em razão da estrutura que pelo discurso é mediada e cuja influência é detalhada nesta pesquisa. Outro fator importante relacionado ao discurso, é a construção de conhecimento e crenças, pois através dele, de acordo com Fairclough, se molda o conhecimento validado em determinado contexto de determinada sociedade, suas identidades e modelos aceitos como representações legítimas.

Por conseguinte, a transformação social deve ser incitada ainda pelo discurso, quando sugere desafiar ou instigar a reprodução das estruturas de poder existentes e que tendem a questionar práticas e relações que promovam mudanças sociais. Ao examinar como ideologias são reproduzidas com intenção de favorecer a dominação e opressão, o discurso deve promover uma conscientização social, o que colabora para a visibilidade de grupos formados por certas minorias que, por anos, não tinham expressiva representatividade.

A vista disso, a finalidade primordial a ADC deve partir de uma colocação crítica das práticas de instituições como governo, corporações e mídia, para mostrar como estas influenciam a opinião pública e mantêm o controle do poder através de seus discursos. Ao sugerir alternativas aos discursos hegemônicos, a ADC provoca e incentiva novos modos de pensar e interagir sobre questões sociais, e com isso alcançar modificações nas estruturas sociais de poder.

2.1.1 Análise de Discurso Crítica (ADC) e Linguística Sistêmico Funcional (LSF)

A Linguística Sistêmico Funcional (LSF) foi desenvolvida pelo linguista Michael Halliday, na qual acrescenta a linguagem uma nova abordagem, voltada para relações sociais e como podem ser abertos à vida social. Para Halliday o estudo da linguagem é funcional em três sentidos:

i) destina-se a explicar como as línguas são usadas; ii) os componentes fundamentais do significado linguístico são funcionais: ideacionais (reflexivos: a expressão de processos, eventos, ações, estados ou outros aspectos do mundo real, representados simbolicamente), interpessoais (ativos: a expressão de formas de ação, de atitudes e de relações com interlocutores e interlocutoras) e textuais (elos coesivos que tornam os textos adequados à ocasião social); e iii) cada elemento de uma língua tem uma função. (1994, p.23-24). Isso é percebido na inter-relação entre componentes do significado linguístico, pois tanto a LSF quanto a ADC compartilham uma preocupação central com a relação entre linguagem, sociedade e poder.

Enquanto a LSF oferece uma teoria crítica sobre a linguística textual, com sistemas de significação pertencentes à linguagem, a ADC examina como esses sistemas são usados para reproduzir ou desafiar estruturas de poder. Juntas, essas abordagens disponibilizam uma compreensão mais profunda da complexidade da linguagem e do Discurso na sociedade.

Sobre as funções, podemos considerar a **Função Textual** a responsável pela organização da linguagem sobre uma estrutura coerente, composta por **Tema** (parte inicial da mensagem) e **Rema** (fornece uma nova informação a mensagem), **Coesão** (utiliza componentes linguísticos tais como conjunções, pronomes e outros) e **Proeminência e Ordem da Informação** (refere-se a maneira como a informação é apresentada e como se destaca a partir de determinados elementos para influenciar a interpretação do texto). Esta função se insere na ADC com interesse sobre como “as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como “tópico” ou “tema”, e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social “fora” do texto.” (2001, p. 92).

A Função Textual evidencia uma postura crítica junto a ADC, que parte das abordagens descritas pela LSF sobre como a linguagem é usada para legitimar, resistir ou desafiar certas ideologias, hegemonias e relações desiguais, sendo que ambas têm interesse no processo pelos quais os textos são produzidos e consumidos. As escolhas linguísticas feitas pelos produtores de textos para alcançar determinados objetivos e como eles são recebidos pelos participantes e as reações/interpretações reforçam que a arbitrariedade do texto é praticamente nula.

Por conseguinte, a **Função Ideacional** abrange a expressão de ideias e experiências do mundo real ou imaginário e a representação de processos, eventos, circunstâncias e de participantes. Pode ser considerada intermediária entre a Função Textual e Função Interpessoal, pois suas competências envolvem características e eventos de análise linguística. Nesta função, existem duas subfunções principais: a experiência e a lógica. Na primeira, **Subfunção Experiencial**, o **Processo** corresponde aos verbos, os **Participantes** são seres ou entidades envolvidas nos processos e **Circunstâncias**, condições como tempo, lugar, modo, causa, entre outros. Por outro lado, a **Subfunção Lógica**, como o termo sugere, diz respeito à maneira como os eventos e processos se organizam de forma lógica.

Por fim, a **Função Interpessoal**, na perspectiva de Halliday, destaca a dimensão social e relacional da linguagem, corresponde a forma como ela se manifesta em atitudes, papéis sociais e relações entre participantes da comunicação, destaca a natureza de identidades considerando que a linguagem ultrapassa troca de informações, ao estabelecer e manter conexões sociais. Essa função na ADC as funções identitária e relacional, as quais detalharemos adiante. Ela pode ser

usada para expressar e negociar essas relações entre os interlocutores, aproximando então a Linguística de áreas sociais de pesquisa e por isso, serve de referência para os estudos da ADC.

Essas metafunções da LSF, tornam-se ferramentas para a fim de explicar como os textos constroem significados ideológicos e sociais nos objetos de pesquisa da ADC, pois são abordagens teóricas que se complementam na análise da linguagem em seu contexto social e cultural. Em comum, trazem também a transdisciplinaridade, pois a linguagem está envolta em movimentos que se expressam na vivência do coletivo. Assim, na ADC, Fairclough ressalta que os três efeitos do discurso (construção de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença) correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso – o que o autor denomina as funções da linguagem “identitária”, “relacional” e “ideacional”.

As funções da linguagem denominadas por Fairclough coexistem e interagem em todo o discurso, fornecem uma estrutura para compreender como ele não somente reflete, mas molda as realidades em processos sociais e ideológicos. O autor assim define as funções: “função identitária relaciona-se aos modos pelas quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.” (2001, p.92).

Um conceito de importância essencial tanto para a ADC quanto para a LSF é a **Transitividade**. Ela está ligada ao Tema, uma dimensão funcional da gramática que trata sobre o que a oração comunica em seu ponto inicial ou final. Na LSF a transitividade se refere à maneira como a língua expressa relações de ação e processo entre participantes de uma cláusula, como os processos verbais se estruturam em relação aos seus participantes.

A Transitividade, na descrição de Fairclough, “lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com tipos de participantes envolvidos (“participante” aqui significa elementos em orações)” (2001, p.221). Nela se concentra a forma como os processos verbais são definidos em relação aos seus participantes, quais ou quem está realizando e o que está recebendo a ação.

Uma característica que podemos ressaltar na transitividade na dimensão da ADC é o grau de Nominalização, em que “a conversão de processos em nomes tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano – o tempo e a modalidade não são indicados – além de usualmente não especificar os participantes, de forma que agente e paciente são deixados implícitos.” (2001, p.233). Nesta pesquisa, a Nominalização se destaca em alguns capítulos porque a análise das identidades nos textos parte das atribuições nominais dos participantes em posições

socioculturais, as quais indicam como a representatividade favorece ou inferioriza certos tipos de identidade.

Em suma, a LSF e a ADC entrelaçam suas investigações sobre o discurso, como ele é usado para representar vozes ou, em dado momento, destaca como algumas minorias sociais são colocadas a margem, invisibilizadas por estruturas hegemônicas de crenças e valores presentes na sociedade. A importância dos estudos críticos para a linguagem e como eles influenciam para que determinadas crenças sejam ressignificadas, precisam adentrar espaços como escolas e comunidades de maneira geral, visto que, por meio do discurso e da prática social é possível a reflexão em processos diversos, os quais podem se tornar construtos em espaços como o ensino aprendizagem a posicionamentos de identidade e reconhecimento.

2.2 CONCEITOS E CONTEXTUAÇÕES DE TEMAS GERADORES

Esse tópico oferece a explanação de determinados conceitos e temas geradores, como são contextualizados no campo da Análise do Discurso Crítica (ADC) para identificar de que maneira eles emergem do discurso e refletem relações de poder, ideologias e práticas sociais. Nesta pesquisa, eles são fundamentais para compreender como determinados discursos reforçam estereótipos e quais estruturas devem ser questionadas a fim de desconstruir a hegemonia ocidental sobre cultura e identidade, conceitos presentes este tópico.

A explanação básica dos conceitos visa demonstrar que estes são construções sociais e por isso, influenciados pelo poder também nas esferas educacionais do cenário brasileiro. Ressaltamos ainda que o currículo deve favorecer novas perspectivas socioculturais no que diz respeito a identidades, tornando-o inclusivo e dinâmico ao se propor discutir a exploração crítica de identidades dominantes e também as marginalizadas. Reconhecer e validar as diferenças podem incentivar uma compreensão mais reflexiva sobre a própria identidade do(a) aluno(a) e possivelmente os tornar agentes de mudança em suas comunidades e sociedade.

2.2.1 Colonialidade, Descolonidade e Decolonialidade

Nos últimos anos, tem sido frequente pesquisas nas áreas sociais e da linguagem sobre o tema Decolonialidade e outros referentes, dos quais partem estudos sobre a estrutura sociocultural e política em um percurso histórico do domínio colonial europeu, o chamado “Eurocentrismo”. O termo nasce de uma perspectiva em que a Europa e a cultura europeia

ênfatizam um padrão dominante e centralizador, e a partir daí surge um privilégio exclusivo de referências e interpretações disseminada ao longo dos anos em todo o mundo.

A visão eurocentrista relega outras culturas e civilizações a papéis secundários e inferiores, constatada na disseminação global da língua, da religião e de tradições europeias desde o período colonial. Por muitos anos, firmou-se a posição dos colonizadores europeus sobre os povos colonizados, o que causou uma lacuna irreversível na qual muitas culturas foram apagadas ou mesmo extintas, e outras se agrupam para que a sua representatividade incite um processo de resgate e de posição social por direitos e validações.

É também uma das atribuições do eurocentrismo a ideia de superioridade racial e cultural, o que atualmente mobiliza lutas contrárias a hegemonias, estruturas de poder e dominação, vinculados nas relações globais da atualidade. Na sociedade atual, as identidades são representadas em novos espaços geoculturais. assim descritos por Quijano (2005, p. 120 - 121):

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade [...].

Ao se tratar de identidades em uma percepção decolonial, levantam-se muitos fatores que coloca os países considerados subdesenvolvidos em um patamar de perdas e de carências, a partir de um sistema opressor. Ao trabalhar a identidade sociocultural no currículo a partir desta circunstância, levantamos também ressalvas sobre o sistema educacional público do país, as políticas para que se desenvolvam práticas de acolhimento da diversidade étnica, de inclusão de pessoas com deficiência, formação de professores entre outros.

Existem aí duas condições para que se confirme um discurso ideológico de, digamos, reparação e alternativas de desenvolvimento social e econômico através da educação: o de que ainda estamos sobre as influências de um sistema colonizador de ensino e o outro no qual se apresentam os meios para um pensamento crítico de valorização e autonomia através do currículo.

De início, nos reportamos a uma citação de colonialidade feita por Quijano (2005) para melhor situar nossa temática nestas pautas, na qual o autor diz respeito a divisão e dominação do poder através do conceito de raça:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (Quijano, 2005, p. 118).

O termo colonialidade, no prisma de nosso interesse, aponta como as divisões raciais foram estabelecidas a partir de conceitos de inferioridade e superioridade através da raça. Portugueses e espanhóis tidos como raça dominante, escravizaram indígenas e principalmente negros, a serviço da consolidação do poder acima de qualquer manifestação de direito ou igualdade. As identidades sociais passaram a ser caracterizadas por uma visão racial a partir de hierarquias, lugares e papéis sociais, o que antes correspondiam a procedência geográfica ou país de origem.

Antes de tecermos mais conceitos, agora sobre Decolonialismo, é importante ressaltar que existem léxicos parecidos e que denotam epistemologias próximas ou não deste termo, dos quais destacamos Descolonial e Decolonial, Resende (2019) coloca que o sentido descolonial “não desfaz nem reverte o colonial, porém denota o caminho da luta em que se permite “identificar, visibilizar e alentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas.” (Resende, 2019, p. 21).

Na perspectiva de Mignolo, (2017, p.13) “Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade.

Existe aqui um ponto a ser levantado sobre a manutenção do poder nos sistemas sociopolíticos, em que existiria uma classificação de colonizadores e colonizados, sendo os considerados países de terceiro mundo a referência de subalternidade e assistencialismo de países desenvolvidos.

O autor faz ainda uma analogia de colonialidade ao termo Biopolítica, que teve um papel importante na “antiga Europa ocidental” (ou seja, a União Europeia) e nos Estados Unidos. O conceito de Biopolítica surgiu para que fossem ressignificados os mecanismos de controle e das regulações estatais, com uma certa semelhança aos efeitos da globalização nas identidades

socioculturais da pós modernidade. De acordo com Mignolo (2017, p.14) a “colonialidade” fazia sentirem-se cômodas principalmente pessoas de cor em países desenvolvidos, migrantes e, em geral, uma grande maioria daquelas pessoas cujas experiências de vida, memórias longínquas e imediatas, línguas e categorias de pensamento foram alienadas por parte daquelas outras experiências de vida...”

Quanto ao termo descolonialidade, Mignolo (2017, p. 14) considera a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade. Assim, o decolonial se aproxima da descolonialidade, contudo não precisamente diz respeito a experiência colonial, mas sim “abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas *epistemes* ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.)” (Mignolo, 2017, p.15).

Por outro lado, o que diferencia das outras nomenclaturas do termo decolonial é sua epistemologia ligada ao pensamento fronteiriço, que por sua vez evidencia “a origem terceiromundista da descolonialidade que se conecta com a “consciência imigrante” de hoje na Europa ocidental e nos Estados Unidos. A “consciência imigrante” está localizada nas rotas de dispersão do pensamento descolonial e fronteiriço.” (2017, p.16).

Desta maneira, a contribuição da Análise do Discurso para os estudos decoloniais se torna importante à medida que estimula, através de eventos e práticas sociais, o questionamento das estruturas de poder e dominação, ainda presentes nos moldes das relações globais. O uso do termo decolonial em estudos interdisciplinares, em movimentos acadêmicos que agregam suas causas em diferentes áreas, possibilita a discussão e também a participação em diferentes conjunturas, entre elas a educação, e neste caso, o Currículo.

2.2.2 Currículo

Quando abordamos o Currículo na educação, alguns conceitos relevantes precisam ser mencionados, posto que a visão crítica e decolonizadora tem tomado espaço nos debates sobre elaborações de documentos curriculares em todos os níveis de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a educação básica que por sua vez orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.

As DCNs têm origem na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96, asseguram a formação básica e também dirigem a escola na orientação, articulação, desenvolvimento e avaliação de

suas propostas pedagógicas. São as DCNs que modelam a estrutura da BNCC, gerindo seus conteúdos e competências e define um conjunto norteador de experiências sociais e culturais desde a educação infantil até o ensino médio.

Destacamos a seguir, duas tendências curriculares, entre as demais, que representam divergentes conceitos de Currículo. Ambas nos dão uma ideia geral sobre tendências que fizeram parte da organização curricular da maioria das escolas brasileiras: Currículo Prescrito e Currículo Holístico.

A perspectiva do Currículo Prescrito é a preparação para a escola, aonde o conhecimento está condicionado através de tabuadas e cartilhas, intermediado pelo professor, o qual garante a ordem e a obediência à sua figura, centrada em uma abordagem por etapas e linear. Seu caráter é burocrático, sem espaço para interações e troca de saberes no contexto em que é executado.

Já o Currículo Holístico traz como pressuposto o desenvolvimento do que se entende como integral, aonde os aspectos acadêmicos não são centrais, mas fazem parte de uma série de aspectos como emocionais, sociais, físicos e culturais. Esse tipo de currículo inclui atividades, projetos voltados para habilidades interpessoais e sociais, como forma de interação entre as realidades em que o aluno transita.

Existem ainda as chamadas “teorias críticas do Currículo” que se destacam sobre os focos de relações de poder, questões sociais e ideologias acerca do conhecimento inclusos no currículo. Através destas vertentes acreditam-se incitar questionamentos sobre injustiças sociais e a transformação social.

Embora esta pesquisa apresente uma abrangência de cunho social crítico, existem ressalvas quanto o Currículo e práticas sociais a ele vinculadas. Em pormenores, o Currículo é um artefato institucional que tem como finalidade sistematizar diferentes propostas que consideram dimensões sociais, políticas e culturais, em um nicho de teorias e ações pedagógicas a serem realizadas ao longo do período letivo, ou que tende a se estender por dois ou mais ciclos, de acordo com as decisões do corpo docente e administrativo da escola.

Contudo, o Currículo segue como um dos recursos institucionais que intermedia a Teoria e a prática sem que garanta, com pleno êxito, um retorno efetivo do que se propõem atingir, dada a complexa interação social que nele se estabelece. Duarte (2010) faz a seguinte colocação sobre “as ideias comuns às pedagogias hegemônicas na atualidade”:

Um primeiro aspecto comum a essas pedagogias é a ausência da perspectiva da superação da sociedade capitalista, o qual está associado a uma concepção idealista entre educação e sociedade. Ainda que, em trabalhos de alguns defensores dessas pedagogias, existem momentos de crítica a certos aspectos da sociedade capitalista, como políticas neoliberais em educação, tais críticas

acabam sendo neutralizadas pela crença na possibilidade de resolução dos problemas sociais sem a superação radical da atual forma de organização da sociedade, a qual tem como centro dinâmico a lógica de reprodução do capital. (Duarte, 2010, p. 34).

É quase que inquestionável, se não uma descrição realista sobre a parcela de influência e ação direta dos planejamentos pedagógicos referentes ao Currículo, a mobilização para alcançar os objetivos traçados esbarrar no complexo campo social além da escola e seus atributos, em diferentes realidades.

Isso encontra novamente um ponto comum desta pesquisa, que é a representação de identidades. Não se pode atribuir ou adicionar referências profissionais, por exemplo, sem antes observar em que articulações sociais ou determinados engajamentos o sujeito se sente parte. Por vezes, é traçado um perfil do bom gestor, bom professor, aluno “nota dez”, coordenador responsável e competente a partir do cumprimento de normas advindas de uma hierarquia de cunho capitalista, traçadas para melhor “desenvolvimento”, “qualidade” e “crescimento” a partir da educação, relacionada aqui ao sistema escolar de ensino.

Ultimamente, esse processo acentua-se como sendo um caminho de via única para que a partir destas práticas hegemônicas se expanda a ideologia de qualidade de vida em sociedade, inclusas nos documentos curriculares. E mais uma vez nos reportamos a Duarte (2010, p. 35):

Como, porém, os problemas sociais mostram-se cada vez mais agudos, a solução ilusória à qual aderem essas pedagogias é a da visão idealista de educação. O adjetivo “idealista” é usado aqui não com referência à adesão a ideais, mas com referência ao princípio segundo o qual os problemas sociais são resultados de mentalidades errôneas, acarretando a crença de que a difusão pela educação de novas ideias entre os indivíduos, especialmente os das novas gerações, levaria à superação daqueles problemas.

É certo também que a participação da comunidade escolar, quanto a aproximação da família ou atividades esportivas, sociais, culturais, incentivo ao protagonismo e autonomia de ideias junto a sociedade, intervêm de maneira significativa na atuação social dos participantes. O impacto de uma ação em que os pais se envolvem nas atividades voluntárias, por exemplo, tem sua contribuição não somente para um melhor ambiente comum, mas fortalece os vínculos de participação e altruísmo naquele contexto. Ainda que sejam movimentos internos e de colaboração naquele espaço, podem se tornar pertencentes de um discurso homogêneo, midiático, vinculado a grupos que utilizam o domínio de instrumentos em determinados eventos sociais.

A forma como os atores sociais se vêem e são representados em um discurso paralelo a sua realidade, seja em textos, eventos e práticas sociais que envolvem as temáticas desta pesquisa, influenciam nas adequações identitárias que podem ser definidas a favor ou contra as ideologias

presentes nos textos, na dimensão que a ADC atribui. Nos tópicos a seguir, é possível observar como as identidades estão em constantes posições de negociação em múltiplos espaços, ora pela luta por reconhecimento e autonomia, ora por subalternidade em relação a outros grupos.

2.2.3 Currículo Decolonial

O movimento decolonial abrange uma série de outras áreas que permite a transdisciplinaridade ligada ao posicionamento contrário ao sistema colonial, de moldes eurocêntricos e que mobiliza a desconstrução deste conhecimento em favor da valorização de culturas e histórias dos povos colonizados.

O currículo decolonial em um conceito teórico tem como suas principais características favorecer, por intermédio do conhecimento, a divulgação e acesso de políticas que promova a justiça, direitos e igualdade social. É vinculado ainda a ele o resgate da ancestralidade de povos nativos, a conscientização sobre questões de opressão e marginalização de grupos minoritários, como também o desafio de questionar as estruturas de poder a partir do enfoque colonial, centrado nas ideias eurocêntricas.

Um dos focos primordiais é o reconhecimento de que a visão do colonizador deixou a margem, ocultou e, algumas vezes extinguiu formas de conhecimento, culturas e histórias, banuiu crenças tidas como pagãs e tradições contrárias ao cristianismo, com exemplos profundos na América Latina e impactos visíveis em toda sociedade desta região.

Por estas razões, a elaboração de um Currículo Decolonial por nós, professores da educação básica, torna-se um processo que nos traz uma dicotomia a partir das regras estabelecidas pelo sistema: uma é seguir a estrutura proposta, com seus traços ideológicos nos quais se encaixam metodicamente às orientações curriculares nacionais e assim corresponder as suas respectivas metas. A outra é, a partir desta estrutura, desmitificar preconceitos sobre manifestações culturais, sociais, políticas e religiosas cristalizados ao longo dos anos, levantar questões sobre comportamentos e atitudes individuais e na coletividade em que o conhecimento se tornou o intermediador deste movimento de ressignificação social e cultural.

Na verdade, tanto em uma quanto outra proposta a ser seguida, o currículo não se desvincula dos discursos sobre a busca de “uma educação de qualidade, formar cidadãos críticos e promover igualdade social.” Essas ideias figuram consistentemente nos textos institucionais, como também se ramificam em mecanismos e estratégias de alcance de tais metas.

Essa hegemonia consolidada nos documentos sobre educação e como ela deixa clara as finalidades inclusive da BNCC para o ensino básico, nos faz ver claramente os entraves de se construir um currículo decolonial nesta conjuntura. Como nos coloca Macedo (2005, p. 12):

Entre os muitos projetos desenvolvidos pela rede, consta, recentemente, inúmeras referências ao currículo da educação básica, com destaque para a defesa de uma base comum nacional para os currículos. Praticamente qualquer caminho que se tome no interior da rede, permitirá perceber a importância da discussão curricular e a defesa da centralização nacional, ainda que tal centralização seja definida por termos aparentemente distintos, como conteúdos, direitos de aprendizagem, padrões de avaliação.

Se está explícita a intenção de orientações para um currículo centralizador, adaptar uma proposta decolonial seria fugir de padrão meritocrático, que tem como objetivo classificar melhores escolas e por consequência, alunos, em um pódio de poucos lugares.

A classificação de instituições de ensino com bons rendimentos na escala nacional, em avaliações periódicas da educação básica, por exemplo, traz para um cenário de destaque aquelas de maior pontuação nos testes elaborados a partir da BNCC e outros pilares. Sendo por norma cumprir o que determina os documentos normativos para todas as escolas do país, um bom resultado nos testes aplicados periodicamente nas escolas públicas e privadas incita o discurso de educação de qualidade através desses exames. Esse discurso agrega um conjunto de fatores que, combinados, aumentam a visibilidade dos estabelecimentos por alcançar médias de destaque nacional, isso em uma realidade uníssona correspondente ao modelo capitalista de excelência em habilidades específicas.

Esse modelo de preparação de bons profissionais para o mercado de trabalho tem no sistema privado a maior seara de recrutamento, o que não significa que escolas públicas desempenham via de regra colocações inferiores, pois tanto nesta quanto na escola privada, a avaliação é importante para demonstrar indicadores de conhecimentos diversos e as modificações necessárias nos documentos norteadores da educação no país.

Nossa colocação aqui é sobre todo o apanhado que se faz nestes documentos ao que menciona valores éticos, multidiversidades, habilidades socioemocionais, resgates identitários de povos tradicionais e sua pouca operacionalização tanto na sociedade quanto nas escalas de rendimento nos modelos avaliativos.

A BNCC harmoniza várias possibilidades para construções curriculares, inclusive decolonial. Porém, mesmo que as BNCCs regionais se apresentem adaptadas a cada realidade, existe um movimento controverso presente, em transitoriedade sobre um modelo hegemônico e

cartesiano para outro em vias de uma participação mais ampla dos participantes sociais das comunidades

Um currículo decolonial não se enquadraria em um cenário construído a partir de dados mais sistêmicos, práticos, e notoriamente oposto ao que se busca esfacelar, entre elas: posições ideológicas sobre êxito profissional e cidadão de bem. Desde os documentos direcionados de cima, advindos do ministério da educação aos PPPs (Projetos político pedagógicos) de cada escola, a frase: “formar cidadãos de bem comprometidos com uma nova sociedade” é recorrente, como também afirmações similares a ela. Nos atuais discursos políticos, essa frase pode ser interpretada de maneira tendenciosa e incita posicionamentos para além de seu lugar no texto documental. Desta forma, para que se faça melhor entender as colocações ideológicas que frases como esta carregam, vamos nos voltar em linhas breves sobre fenômenos políticos e históricos atuais, na perspectiva da Análise do Discurso socio cognitiva, de Van Dijk (2023).

Ultimamente, existe uma arbitrariedade presente na polarização do liberalismo e direita radical em que ambos os polos se posicionam em: Valores, Nação, Raça/Etnia, Gênero/Sexualidade/Família, Cultura, Estado/Poder (Van Dijk, 2023). Para o autor, ideologias e discursos estão presentes de forma sociocognitiva em um pensamento coletivo, de identificação e de personificação entre o que se deve manter e o que viola as convicções dos grupos. Isso repercute em um currículo se a ideologia nacionalista converge da reivindicação de igualdades de direitos ou por exemplo, no caso das crenças religiosas a serem estudadas e com espaço democraticamente instituído em um estado laico.

Para ADC, a decoloniedade é considerada uma aba essencial para os estudos do discurso, pois se examina como as vozes silenciadas e reprimidas se articulam e se posicionam a frente das narrativas hegemônicas, entre elas, as de caráter institucional. Adentramos aqui em uma crítica feita por Macedo (2014) Em seu artigo: “Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação”. Macedo detalha como um modelo textual hegemônico apresenta elos determinantes que, em um trocadilho, “acorrentam” o pensamento de que o sistema educacional está em desenvolvimento emergente, sendo a observação de Macedo a seguinte:

Os sites dos principais agentes públicos que dinamizaram o debate até então indicam praticamente os mesmos “parceiros”. Instituições financeiras e empresas — Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola. As referências cruzadas entre os diferentes parceiros são muitas e não cabe aqui arrolá-las de forma extensiva. (2014, p. 1.540).

A ideia do texto se aproxima do nosso ponto de vista quanto a narrativas hegemônicas para documentos curriculares e em toda a estrutura dos textos relacionados a educação no Brasil. O campo da educação pública tem sido um mercado permanente em vistas do crescimento promissor nos últimos anos e quando associada ao termo nominalizador “parceiros” gera um grande movimento hegemônico e ideológico presentes nas ações dos programas do governo. A educação é um caminho de ordem prioritária, básica e necessária, de demandas grandiosas e complexas, o que torna a execução de projetos ou iniciativas um empreendimento de visibilidade e retorno quase que garantidos.

Ao longo do tempo, a linguagem através de criação ou adaptação de novos léxicos acompanha o que se entende como a Colonialidade do saber, do ser e do poder. Resende (2019) descreve que “a colonialidade se encontra em livros, nas escolas e universidades, nos padrões culturais e estéticos, no senso comum.” A colonialidade do poder que a iniciativa privada demonstra vigente, atuante no sistema educacional brasileiro parte da mesma compreensão sobre ensino público e ensino privado, sistema de saúde público e privado, saberes de prestígio de países desenvolvidos e os da América do Sul, por exemplo.

A proposta curricular decolonial não seguiria um percurso de efetivação plena, senão por etapas e adaptações, ou ainda como modelo piloto, experimental. Essa afirmação se constata pelos próprios meios de elaboração, distribuição e consumo de documentos oficiais, neste caso, curriculares. Como nos aponta Lindolfo (2002, p. 115):

Mas a verdade é que não há nenhuma neutralidade em uma proposta curricular, pelo contrário, o currículo é espaço de disputa, pois ele parte de uma tradição seletiva e é sempre resultado das escolhas de alguém, e, portanto, reflete a visão de algum grupo que procura legitimar conhecimentos específicos. Ou seja, ainda que muitas e muitos de nós não estejamos conscientes de seu papel em nossas vidas, o currículo faz parte de toda a nossa trajetória escolar e da nossa formação como cidadã e cidadãos. Pois, as nossas leituras, os livros, as nossas aulas e os cursos que frequentamos são pensados por pessoas que a partir de suas formações, posições e convicções constroem os currículos que devemos percorrer.

Um currículo decolonial enquanto proposta para nossa região, situando as escolas de comunidades ribeirinhas as margens do rio Amazonas, pertencentes aos municípios de Alenquer e Santarém, deve estar baseado na diversidade étnica, linguística e cultural dessas populações, porque há tempos, informações sobre a formação do povo paraense são comumente assim descritos:

Sua população é miscigenada, formada a partir de índios, negros e descendentes de imigrantes asiáticos e europeus. Na sua formação, o Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e japoneses. Além das muitas influências africanas e indígenas. (Brasil Escola, 2024)

Esta citação traz um exemplo do discurso prático sobre características regionais, em que o item “população” é definido sem uma reflexão sobre a pluralidade de identidades, como cada uma delas traçou a composição histórica e social do povo paraense. Em uma proposta curricular decolonial é necessário desconstruir estereótipos inclusive sobre representações negativas ante um modelo colonizador de grupos étnicos considerados inferiores, entre os quais migrantes nordestinos, há tempos vindos em diversos movimentos migratórios e recentemente grupos vindos do Sul, Sudeste e Centro Oeste do país.

Os eventos organizados a favor de articulações sobre o conhecimento decolonial em países fora do eixo europeu, na área do discurso, têm um marco importante quando em 1985, foi criada em Caracas, na Venezuela, a Associação Latino – Americana de Estudos do Discurso – ALED, com a finalidade de valorizar os estudos do discurso na América Latina.

A ALED reúne a cada dois anos pesquisadores, estudiosos e a comunidade latinoamericana de diversos segmentos teóricos do discurso, a fim de que esses objetivos possam ser revisados e avaliados para em seguida serem executados em eventos posteriores. O movimento decolonial está para os estudos do discurso na América de maneira inerente, pois grande parte das pesquisas estão engajadas em posicionamentos identitários nas lutas sociais por igualdade de direitos. É certo que a divulgação de estudos

críticos sobre o discurso vem tomando maior espaço não somente nas áreas da linguagem, mas em outras como saúde, artes, ciências sociais, porque uma de suas propriedades é favorecer o debate transdisciplinar através da ADC.

Assim, o termo decoloniedade, usando uma metáfora a partir daí, busca “descolonizar” pensamentos relacionados a hierarquia, que narram a supremacia de uma cultura sobre as outras, as quais foram historicamente marginalizadas ou inferiorizadas para que se sobressaísse as perspectivas dominantes. No âmbito da educação, o currículo decolonial apresenta um ambiente de aprendizado mais abrangente, diversificado e contextualizado, pois, ao reconhecerem as diversas formas de conhecimento e identidades diferentes ou iguais as suas, os alunos podem refletir sobre como tornar a convivência social mais democrática, ou se posicionarem sobre as estruturas que moldam suas próprias identidades.

O tema seguinte trata de uma visão pessoal do currículo através de uma narrativa em que a experiência em campo de atuação docente traz algumas percepções da vivência em um plano ativo e de execução. Assim, intencionamos traçar como os papéis sociais que representamos em esferas diferentes nos limitam ou nos permitem uma autonomia determinada pelo espaço hierárquico socialmente estabelecido. Essa autonomia préestabelecida pode ser uma proposta de

desenvolvimento do pensar crítico, a partir de um plano curricular com aspectos decoloniais dentre as diretrizes obrigatórias dos documentos curriculares, tais como a BNCC.

2.3 A VIVÊNCIA NA ESFERA PROFISSIONAL SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: NARRATIVA PESSOAL SOBRE CURRÍCULO

Neste tópico, pretendo compartilhar minhas experiências na docência do ensino Infantil e Fundamental de sexto ao nono ano, nas regiões interioranas de Alenquer, Pará, aonde participei de várias iniciativas tanto de cunho privado quanto institucional, sejam nacionais, estaduais e municipais, não somente em sala de aula como também em coordenação pedagógica. Elaborei planos curriculares com uma tendência a valorização de identidades e saberes históricos, sociais e culturais nas comunidades em que trabalhei, a serem aplicados durante o período letivo. Enquanto professora de Língua Portuguesa, Artes e Língua Inglesa, pesquisava meios de trazer concepções críticas para esses componentes curriculares, e ainda traçar temas comuns nos quais os alunos manifestassem suas vivências para que eu pudesse direcionar melhor as aulas tendo em vista esses propósitos.

A forma de organização e execução curricular partiam de responsáveis da secretaria de educação os quais organizavam programas e projetos voltados para aceleração do aprendizado em diversas áreas. Os encontros para o planejamento destas atividades tinham uma dinâmica comum: os funcionários do interior eram intimados a se deslocar até a cidade e, juntamente com os da zona urbana ou em dias alternados, participavam de formações em que especialistas explanavam objetivos e informações sobre a execução do planejamento e os prazos para realização e apresentação dos resultados, rigorosamente exigidos.

Quando voltávamos a comunidade com materiais diversos, planilhas, relatórios para preencher, sentíamos a angústia de dividir nossos planejamentos anteriores com mais compromissos, junto a insegurança de não alcançar a risca os objetivos. Tínhamos ainda de registrar as atividades nos anexos dos relatórios, para efeito de comprovação, as quais incluíamos nas aulas ou em um período, ação em algum evento da escola, para otimizar o tempo e executar o planejamento.

Havia ainda neste contexto, a mais importante ressalva para este feedback, a ser incluído a uma das ideias centrais desta pesquisa: como tornar práticas sociais e discursivas, pertencentes ao meio histórico, cultural e linguístico dos alunos, atividades associadas a propostas curriculares de maneira mais democrática?

De fato, os materiais didáticos, as orientações e acompanhamento das equipes responsáveis

seguiram passo a passo o planejamento prévio organizado por “especialistas de renome” ou que, talvez chegassem a adquirir prestígio ao integrar tais iniciativas de contribuição para “uma educação de qualidade” naquele município. A frequência ao retomar a frase tem aqui a finalidade de destacar um marco ideológico que mobiliza o discurso dos textos sobre documentos curriculares e outros afins, e automaticamente é mencionado por diversos atores sociais nesta esfera, desde representantes políticos, pedagogos, professores, pais... Trata - se de uma ação conjunta orquestrada e composta para um discurso final de colaboração integrada, de relevância e de iniciativas diversas. Procuo detalhar nos tópicos seguintes como essas ações estão atreladas a ideologias que figuram nas entrelinhas do discurso em busca de uma “educação de qualidade” em iniciativas governamentais e privadas, eventos sociais, mobilizações políticas de grupos ligados a discursos por vezes extremistas.

Retomo a narrativa de minha experiência em duas participações as quais selecionei, como exemplo para ilustrar o meu ponto de vista sobre a explanação nos parágrafos anteriores: uma se trata da Olimpíada de Língua Portuguesa, financiado em grande parte pelo instituto Itaú Social, e outra, projeto “Trilhas” do instituto Natura. A primeira, com edição inaugural em 2008, acontece a cada dois anos, tendo como tema “O lugar onde vivo”. A segunda, um projeto financiado por uma empresa de cosméticos privada, foi adaptada para as turmas da educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental e faz parte dos anexos desta dissertação.

As edições da Olimpíada de Língua Portuguesa que participei, trouxeram - me frutos dos quais até hoje guardo com carinho, pois são resultados de um trabalho colaborativo realizado com os alunos de comunidades rurais de Alenquer. A primeira experiência aconteceu na escola municipal de Ensino Fundamental “José Farias”, na comunidade Bolandeira. Assim como grande parte dos povoados formados ao longo das estradas de Alenquer, notoriamente este tem como destaque cultural a Literatura de Cordel e a musicalidade dos repentes que aprimoravam as produções da maioria dos pequenos poetas, pelo fato de seus primeiros moradores serem migrantes e descendentes de nordestinos.

O que se esperar de um evento nacional como a Olimpíada de Língua Portuguesa é a meritocracia associada a ideia de representatividade, manifestada como a escola empenhada na missão de cumprir seu papel social em formar cidadãos, que terão um espaço de destaque por meio de seu desenvolvimento escolar.

Em termos mais claros, uma premiação municipal, regional e a tão almejada colocação nacional nas olimpíadas de Língua Portuguesa, é motivo para que a educação celebre o esforço

conjunto e o reconhecimento daquela escola, daquela professora, daquele aluno...soa como um breve desfile carnavalesco de escolas de samba, com um enredo emocionante e marca simbolicamente a qualidade e a excelência do ensino por um curto prazo de duração.

Em meus critérios de avaliação e também proposto nas orientações sobre produção textual das Olimpíadas, a argumentação crítica sobre acontecimentos sociais faz parte da valorização de um texto para que seja, além da manifestação artística, uma reflexão para todos que tem acesso a ele. Dentre os vários textos que ocupam o pódio da minha estrada enquanto intermediadora de sentidos através da palavra, compartilho aqui os de um aluno de sexto ano, em meados de 2009. Severino* um daqueles sonhadores que acreditam ser o esforço em alcançar boas médias, o caminho para seus sonhos profissionais. Porém, as necessidades imediatas de um serviço remunerado, para aquisição de bens e a responsabilidade familiar que ele assumia em sua casa, não o tornou um aumento no índice daqueles que conseguem ingressar ao nível superior com o passar dos anos. A enxada para preparar a plantação, a bicicleta cargueira que ele e seus irmãos revezavam com depósitos cheios de salgados e bolos feitos por sua mãe e garrafas com sucos, refrigerantes, vendidos a beira da estrada ao passar do ônibus da linha ou na hora do intervalo da escola, não impuseram limites ao seu desenvolvimento de escrita e produção textual. Ainda que o trabalho fosse sua realidade mais constante, nos minutos das aulas ele se destacava nas atividades de redação.

Para que eu possa tornar a narrativa didática e não me perca longamente em impressões pessoais, apresento dois poemas do então aluno Severino: o primeiro, um tema social discutido em uma das aulas e sua percepção do assunto no auge de seus aproximadamente doze anos na época, foram geradores de conteúdos na fase preparatória da Olimpíada. O segundo, uma realidade vivida nas regiões da Amazônia anos a fio, sendo um daqueles que tanto se levanta bandeiras de alertas e políticas de controle, sem grandes mudanças ou estratégias de impacto direto, para sanar o problema.

São textos simples, em rimas, escolhidos para que outras temáticas sociais e identitárias ali presentes tomassem um espaço de discussão nas aulas de Língua Portuguesa e mais tarde pudesse ser adaptado a uma proposta curricular para turmas do ensino fundamental de sexto ao nono ano. Como parte de uma proposta curricular decolonial, sugiro uma interligação às competências existentes na BNCC estado do Pará, abaixo de cada um dos poemas.

Poema 1 - A violência entre as pessoas

Caros amigos ouvintes/ Neste poema vou dizer
 Que a violência entre os jovens/ Cada dia está a crescer
 Homens que são decididos/ A matar ou a morrer.

A união entre alguns jovens/ Hoje não existe mais
 Só se vê briga de gangues/ Principalmente em capitais
 Jovens que matam e roubam/ Que não sabem o que é paz.

Hoje já existem coisas/ Que antes não existia
 Jovens que fazem o mal/Que antes ninguém
 fazia

Ladrões que assaltam o banco/ Em plena luz do dia.

Entre as pessoas hoje em dia/ Não existe mais união
 Jovens que usam drogas/ Sem amor no coração
 E são totalmente entregues/ Ao mundo da perdição.

A violência hoje em dia/ Está sendo demonstrada
 Por jovens que matam a tiros/ Quem não tem culpa de nada.

Para quem está me ouvindo/ Eu agradeço a atenção
 Aqui termino o meu poema/ Com toda satisfação
 Com pequenos e simples versos/ Mas que fiz de coração.

Severino

É importante apresentar direcionamentos paralelos, que exigem questionamentos e posturas sobre formas de violências às vezes consideradas não tão graves como as relatadas no

poema. Eles podem servir de tópico gerador nas aulas, como: Você conhece outros tipos de violência? Você já ouviu falar em violência verbal e não verbal? Bullying? Termos como gordofobia, discriminação racial, preconceito linguístico, Intolerância religiosa?

Trazer a discussão para uma realidade local dos alunos, seria uma tentativa de considerar o conhecimento de outras formas de violências como um crime de fato, que são passivas de punição perante a lei tanto quanto aos crimes que se consideram “mais graves”. Fazer-se compreender que respeito ao outro, a diversidade de escolha, as práticas religiosas não podem ser medidas pelos arquétipos estabelecidos e mantidos pelas doutrinas e crenças dominadoras, inclusive em seus ambientes de convivência religiosa e social.

No texto seguinte, o autor relata em versos simples uma das grandes ameaças ao equilíbrio do ecossistema. As queimadas são tradicionais nas regiões aonde a criação de gado por pequenos e médios pecuaristas ao lado da agricultura de subsistência justificam a ampliação dos campos nestes ramos da economia regional.

Poema 2 - Desmatamento da natureza

Para quem ainda não notou/ Como é bela a natureza
 Neste poema vou dizer/ O quanto ela tem beleza
 E além de ser tão bonita/ Tem também muita riqueza.

A natureza para nós/ É algo muito especial
 Então não queira desmatar/ Pois é um crime ilegal
 Ela é uma floresta bonita/ E nunca nos fez nenhum mal.

A natureza já foi bonita/ Nos tempos anteriores,
 Que pena que hoje em dia/ Existem
 destruidores
 Que derrubam a floresta/ Desprezando seus valores.

E falando da natureza/ Por aqui vou finalizar
 Preserve a nossa floresta/ Ao invés de desmatar
 Obrigado a todos vocês/ Que estão a me escutar.

O desmatamento é um tema que entrelaça questões de poder em uma sociedade capitalista em diversos de seus aspectos: florestas nativas são derrubadas para se tornarem campos de pastagens para criação de bovinos, em vista do fornecimento de mercado, o arrendamento e venda das pequenas propriedades para atender a demanda maiores da agricultura a larga escala. Neste caso, a monocultura do açaí as margens de rios, (Alenquer abriga uma das maiores plantações de açaí do estado), o desequilíbrio do ecossistema, posicionamentos discursivos sobre o que seria progresso, melhorias de vida para a família e os retornos destes investimentos para o município. Cada uma destas questões poderia iniciar um diálogo com o campo de experiência “Valores à vida social” da BNCC estado do Pará, de forma crítica e autônoma, como sugere um currículo decolonial:

Os valores que constituem a sociedade foram e são construídos pela humanidade por meio das relações sociais a que estão submetidos; a família, a igreja, as associações comunitárias, os espaços de lazer, a escola, entre outros, são, por excelência, instituições e espaços de convivência humana em que as ideias são confrontadas, surgindo daí novas formas de ver o mundo e nele estar. Construir uma sociedade que tenha como base a equidade, talvez seja o maior desafio contemporâneo a fim de que se pratique a justiça respeitando a igualdade de direito de cada cidadão. (BNCC Estado do Pará, 2019, p.123).

Quando me refiro a um diálogo com a BNCC para que possa incentivar a proposta curricular decolonial, assumo a posição identitária de professora da rede pública de ensino a qual é atribuída compromissos e responsabilidades gerais do cargo. Dissociar -me deste papel para que a pesquisadora crítica aponte as carências e ideologias de um sistema de ensino, ainda em busca de caminhos norteadores em uma atmosfera acadêmica, faz com que eu transite de uma realidade a outra em um movimento de trocas sobre o conhecimento nestes campos desafiadores.

É a partir deste movimento que pretendo mostrar como alguns pontos alternativos traçados nos planejamentos didáticos podem evitar colisões ou tornar o embate menos caloroso, quando precisamos caminhar em duas vias permitindo algumas adaptações da BNCC. Este processo é frequente quando não podemos escolher quais propostas executar, se são ou não meios de promoção ideológica, se as diretrizes estão ou não favorecendo, de fato, os direitos legais de crianças e adolescentes, se seguem um padrão capitalista de fornecimento de mão de obra qualificada.

O que nos cabe, após dosarmos o que seria menos desgastante e mais prático, são adaptações do material pedagógico a partir dos traços locais de comunidades interioranas ou entorno escolar urbano, inclusive as que se apresentam como uma das “parcerias da educação no

Brasil.” Refiro-me a empresas, bancos, organizações e grupos de grande influência social, que ilustram materiais e mídias relacionadas a educação pública.

Para melhor me fazer entender, volto-me ao segundo exemplo da minha experiência, desta vez na identidade de licenciada em Pedagogia, responsável pela execução e acompanhamento do projeto “Trilhas” (em anexo) nesta mesma escola em que trabalhei na época, financiado pelo Instituto Natura.

Devo admitir que esta foi uma das vivências pedagógicas que avalio como proveitosas, em partes, pois foram adaptações didáticas do projeto original, flexíveis aos professores de Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental, tanto da zona rural quanto da zona urbana do município. Compartilhá-lo com os colegas nos encontros foi um daqueles momentos de compensação para seguir em frente neste campo, como vaga lumes que cintilam na escuridão da realidade.

No projeto Trilhas, o conhecimento diversificado que encontramos na região, vindos de relatos de professores e pedagogos de escolas das comunidades, pôde ser incluso às sugestões didáticas dos objetivos da iniciativa. Contudo, seguiam a padronização dos discursos colaborativos de ações como esta, centralizados na divulgação dos resultados e como o projeto foi determinante para o desenvolvimento das competências e habilidades da norma curricular.

O material fornecido pelo projeto estava de acordo com os parâmetros dos que recebíamos do ministério da educação, comparados por alguns profissionais ao material de ensino privado. De alguma forma, isso remete a um discurso de equivalência e de prestígio do projeto, ainda mais se o texto apresenta expressões que não são arbitrárias, mas sim ideológicas, recorrentes em textos para veiculação na mídia. De acordo com a ADC, a metáfora é utilizada no texto para que tenha uma outra significação que não seja a literal, para dar um sentido ou moldar a forma como já se percebe a realidade, assim explicada por Fairclough (2001, p. 241):

As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental(...) um aspecto da mudança discursiva com implicações culturais e sociais significativas é a mudança na metaforização da educação e de outros serviços como um elemento potente na transformação não apenas do discurso, mas também do pensamento e das práticas nessas esferas.

A metaforização pode ser exemplificada neste relato quando se torna um recurso a favor de uma prática ideológica que promove dados sobre o crescimento acadêmico dos estudantes em parâmetros de linguagem e eventos sociais determinados pelos documentos normativos do sistema.

A ressalva que temos a respeito da mudança discursiva quanto a metaforização, se estende a uma condição inerente à formação dos alunos a partir dos planejamentos curriculares: a preparação da mão de obra qualificada. Essa expressão vem sendo substituída por outras, em um processo de comodificação em que “A educação é apenas uma em uma série de domínios cujas ordens de discurso são colonizadas pelo gênero publicitário” (Fairclough, 1989, p. 208- 211) e, como resultado, há uma proliferação de tipos de texto que conjugam aspectos de publicidade com outros gêneros de discurso.

Existe ainda uma outra observação sobre a ordem do discurso societário nos documentos curriculares, como são organizados e estruturados: eles devem corresponder as tendências tecnológicas e midiáticas junto ao planejamento e execução das propostas das BNCCs, como um meio de inclusão digital, aonde o domínio no manuseio das ferramentas do mercado global e da tecnologia é um objetivo de destaque para a formação dos alunos.

Quando escolhemos pesquisar a temática identitária nas regiões interioranas de Santarém e Alenquer, não poderíamos deixar de destacar também a economia e o quanto ela se configura como parte fundamental desta referência. São diversas as práticas que se destacam por tradição, porque são ensinadas de pai para filho ou que nos dias atuais não oferecem oportunidades de aprendizagem ou aperfeiçoamento, devido a uma série de fatores relacionada a uma homogeneização do saber e dos meios de trabalho.

As propostas curriculares dos documentos normativos destacam o conhecimento de crenças e saberes populares em um espaço de resgate e valorização, porém sabemos que entre o discurso e a prática existem relações de domínio desiguais, quando se trata desses valores.

Nesta representatividade cultural da economia de comunidades ribeirinhas, por exemplo, estão os agricultores, pescadores, pecuaristas, artesãos, carpinteiros...este último serve para minha referência neste comentário, visto que um profissional experiente no ramo da carpintaria de imóveis e/ou embarcações de pequeno e médio porte é requisitado com frequência, tanto para construção quanto para outros serviços nestas áreas.

Um imóvel de madeira na região de várzea requer cálculos precisos de material e estudo da área, do período ideal para construir ou mudá-las de lugar, caso seja necessário. Quanto ao retorno financeiro de um profissional, a média pode ser até maior que a de um funcionário público de nível superior (a mão de obra orçada para uma casa de madeira simples, de 24m², está em torno de doze mil reais) construídas em um prazo de vinte dias a um mês. O período da seca é propício para a construção, ampliação e reforma. Não raramente um carpinteiro fecha serviços para outros lugares além da região em que mora, comunidades e cidades vizinhas, o que gera para o profissional uma renda acima da média da maioria dos brasileiros ativos no mercado de

trabalho. Em contrapartida, não existem direitos trabalhistas, previdenciários, segurança, nem representações organizadas para esse e outros profissionais autônomos, salvo agricultores e pescadores que tem sindicatos para representá-los.

Poderíamos fazer colocações críticas sobre os desequilíbrios do ecossistema causados pelas atividades extrativistas do setor madeireiro, neste contexto, do qual vem o fornecimento da matéria prima para construção de imóveis, assim como dos recursos naturais cada vez mais escassos para se alcançar a sobrevivência familiar através da pesca e da agricultura de subsistência, os revezes climáticos severos que as regiões de várzea têm sofrido...

Mas, seria interessante para um sistema de educação em que prevalece um discurso ainda hegemônico sobre a qualidade de vida através da conclusão da educação básica e superior, a viabilidade do investimento tendo em vista a troca de saberes considerados não formais, incentivo da vivência de valores fora dos meios capitais de consumo?

O conhecimento tido como empírico destes profissionais está dissociado permanentemente das mudanças e insuficiência da matéria prima do trabalho, bem como novas técnicas e recursos análogos nas etapas produção de bens e serviços?

No ponto de vista de Fairclough (2001) a democratização do discurso é “a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas”. Todavia, compreendo que não exista o alcance de metas por etapas para “plena qualidade de vida” de forma igualitária, ao menos como se coloca nos textos curriculares, pertencentes a um discurso imediatista em favor de uma proposta ideológica sobre isso. Os saberes são complexos e alguns desconhecidos, sendo conceituações relativas, apreciadas ou valorizadas de maneira superficial, algumas vezes mencionados como forma de reparação do que foi excluído e apagado da história e da cultura, mas veemente incompatível aos espaços geoculturais da atualidade.

Ressalto o conhecimento acadêmico ao qual a teoria da ADC me direciona, sendo parte fracionada de uma área de pesquisa, o qual permite não apenas que eu examine um documento orientador de influência profissional direta, mas tenha de “abrir mão” (metáfora intencional) do reconhecimento social de habilidades, o qual seria o domínio das normas e orientações, revertido em produção e compartilhamento a partir desta proposta. Quando me refiro a “abrir mão”, é ter de restringir o meu discurso crítico, enquanto pesquisadora, para o meio profissional que tem como patamar de destaque, profissionais de excelência em alguma área de domínio e de interesse no setor de educacional, encaixados na divisão hierárquica correspondente, como especialista em documentos curriculares ou programas institucionais, por exemplo.

São discursos inter cruzados nos quais os conhecimentos sobre cada um deles me desafia a situá-los sem se tornarem contraditórios ou ineficientes em meus espaços de atuação. Dada a condição de abordar sobre identidade, resgate sociocultural, em minhas aulas de Artes, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, é possível argumentar sobre decolonialidade, relações de poder, no entanto, os registros documentais sobre essas aulas tem seus limites no que a proposta didática comporta, não mais que isso.

É evidente que na atuação em sala de aula, a faixa etária dos alunos, o ambiente e o contexto em que se encontram são levados em consideração, como também na dimensão pedagógica sobre desenvolver projetos e propostas curriculares, os discursos devem estar de acordo com os interesses e perspectivas dos demais profissionais, a considerar estes fatores sobre os lugares que atuam.

Dentre os papéis assumidos na multiplicidade identitária, o de “pesquisadora”, “mestranda”, “analista crítica do discurso” me proporciona compartilhar essa experiência em eventos e práticas acadêmicas, sobre como vivencio e interajo o conhecimento adquirido nas atribuições de operária na sociedade, assumindo a frente de trabalho no setor terciário e somando experiências pessoais, profissionais.

Os conhecimentos se distinguem, alguns talvez não pareçam relevantes – como de fato são - para os grupos que imaginamos ser, para que uma mobilização decolonial aconteça, seja por estes se sentirem e se reconhecerem em outras identidades, seja porque na conjuntura da sociedade pós moderna a identidade híbrida prevaleça. Interpreto como um direito de escolha que não deve ser induzido por nossa visão crítica, que em algumas vezes ecoa solitária até entre os demais colegas de profissão.

Enfim, nesta visão a partir de um degrau acima, ainda parte de uma escadaria em que a descida e subida é a prática cotidiana de minhas identidades, escolho manter-me nas reflexões e nos meios de falar e silenciar quando me parece conveniente, mas também posicionar-me para que o conhecimento ao qual me vejo atrelada, seja a favor de uma mudança social a partir das minorias que, sem escolha, tiveram os seus saberes dizimados, apagados, em uma irreversível e desigual luta a favor do poder.

3 AS CATEGORIAS ESCOLHIDAS PARA A ANÁLISE NA PERSPECTIVA IDEOLÓGICA DE THOMPSON

A Ideologia para a Análise do Discurso Crítica é tida como hegemônica, aliada aos meios de controle e poder, inclusive através do texto, como ele se articula ideologicamente para manter e controlar instituições. (Fairclough 2001). Entretanto, o foco de análise documental compreende os sentidos ideológicos de significações/construções da realidade, ao que se refere à contribuição de produção e reprodução e transformação das relações de poder através das relações de dominação, inclusive de relações e identidades sociais.

É também um atributo importante dado a ADC, a dialética entre discurso e prática social, em que o discurso “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (Fairclough, 2001, p. 91.). Por isso, nos reportamos as prerrogativas em que se incluem também posições de sujeito para os “sujeitos sociais” e os tipos de “eu”, sobre relações sociais entre as pessoas e a construção de sistemas de conhecimento e crença”, que por sua vez correspondem a significados do discurso, o qual enfatizamos o significado identificacional.

A ideologia para a ADC está firmada na concepção de Thompson, e por isso serve para darmos prosseguimento aos referenciais teóricos. Cada um dos modos operantes conta com subcategorias, que, de acordo com o objeto e o interesse do pesquisador, passam a ser os suportes de identificação dos elementos investigados. Dentre estes, escolhemos a Reificação, Legitimação e a Unificação, enquanto instrumentos da análise a serem melhor apresentados nos próximos tópicos.

3.1 REIFICAÇÃO

A Reificação é um processo de materialidade que, em conceito mais objetivo, responde a um objeto, algo que pode ser incluído como produto de consumo, em um contexto capitalista. Está relacionada na ideologia, na posição que nos interessa na pesquisa, como “eliminação ou ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos.” (Thompson, 2011, p. 87).

No documento curricular, identificamos como a lexicalização de alguns termos reforça uma estrutura semântica que intenciona uma relação de representatividade social e cultural, autonomia identitária e participação dos atores sociais como forma de estabelecer uma meta

estipulada a partir do cumprimento das propostas. Vejamos como a Reificação se divide em categorias que permitem analisar esse apagamento:

3.1.1 Naturalização

Processos que são retratados como naturais, absorvidos em um discurso hegemônico em que não há a intenção de levantar questionamentos que validem possíveis desigualdades entre minorias em dados momentos históricos, sociais ou culturais.

3.1.2 Eternalização

Nesta categoria, “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.” (Thompson, 2011, p.88). É aqui que analisamos como algumas palavras ganham potencialidades no discurso e na prática do objeto da pesquisa. Nota-se a intensidade com que se cristalizam a valorização de um fato sugestivo, em um panorama aparentemente histórico e cultural, sem uma profundidade verídica constatável, o que causa o detrimento de costumes, tradições e mesmo instituições.

3.1.3 Nominalização/passivização

A Nominalização responde pelos nomes que grupos e atores sociais são situados no texto, como são agrupados e representados. Fairclough usa o termo cadeias intertextuais para designar séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em outro ou mais, de forma regular e previsível (2001, p. 167). Um exemplo seria sobre moradores de comunidades que ora podem ser chamados de camponeses, ribeirinhos, caboclos de acordo com o conjunto que são representados social e culturalmente, sendo eles também responsáveis pela preservação ambiental, cultural e histórica de suas comunidades, em uma figuração romântica de eternalização ininterrupta de valores e pertencimento inerente a comunidade em que mora.

Por sua vez, a Passivização literalmente corresponde ao conceito gramatical normativo quando os verbos são colocados na voz passiva, porém, de maneira ideológica, tanto a Nominalização quanto a Passivização “tendem a apagar atores e ação, referências a contextos espaciais e temporais específicos, através da eliminação de construções verbais, ou narrando os num gerúndio.” (Thompson. 2011, p.88).

Os recursos da Reificação são necessários para identificar como relações de controle e dominação se estabelecem e se sustentam no texto e nas práticas discursivas, paralelo a valores intrínsecos diminuídos ou propositalmente ofuscados, para dar lugar a uma estrutura ideológica e cultural que correspondam a essa relação de poder.

3.2 UNIFICAÇÃO

A essa estratégia talvez se adeque com maiores relevâncias os excertos das categorias de análise, pois em sua estratégia principal se encontra a de “desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e diferenciados”. (Thompson, 2011.p. 86). A esta estratégia se alia um estabelecimento da linguagem que serve para “criar uma identidade coletiva entre grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos dentre os limites de um estado – nação.” (idem)

A Unificação tem como categorias a “**Padronização ou Estandartização**” - e a “**Simbolização da unidade**”, ambas representam a dominação através de diversos meios simbólicos pertencentes a constituição de determinado território ou atribuições similares, dentre limites políticos. Pode se considerar que documentos vinculados a educação no país, devem partir destes princípios, tais como outros símbolos de “unidade nacional como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos são exemplos evidentes.”

3.2.1 Padronização ou Estandartização

Nesta subcategoria, “formas simbólicas são adaptadas a uma referencial padrão que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.” (2011, p. 86). A Padronização corresponde a referências homogêneas sobre nacionalidade, identidade nacional e coletiva, sendo que a hierarquia sobre valores considerados mais importantes que outros sobre cultura, história, sociedade e aspectos linguísticos podem ser comparados a traços coloniais exercidos através do poder.

3.2.2 Simbolização da unidade

A Simbolização, por sua vez, traz um processo em que a identidade coletiva deve ser representada e difundida como única diante das diversidades que determinado país apresenta, por exemplo. Thompson explica que: “na prática, a simbolização da unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, na medida em que símbolos de unidade podem ser uma parte integrante de uma narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo.” (2011, p.86).

Sendo um documento público legal da educação brasileira, e que está em constante reformulações, a BNCC marca polarizações de grupos que aceitam ou subvertem discursos pautados em narrativas sobre o que ela contempla ou exclui, ao que se refere a diversidade identitária do país.

3.3 LEGITIMAÇÃO

Em geral, quando algo é tido como “legítimo” remete a autenticidade, uma determinada garantia de procedência e aceitação. Para Max Weber, “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio.” (apud Thompson 2011, p.82). Para isso, relaciona-se à Legitimação estratégias típicas de construções simbólicas, em um total de três categorias:

3.3.1 Racionalização

É caracterizada “pela construção de uma cadeia de raciocínios que procura defender ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.” (Thompson, 2011. p. 82). No caso de textos normativos, é inerente ao gênero a justificativa quanto ao desenvolvimento e qualidade da educação, como neste trecho retirado das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs):

A LDB, com suas alterações, e demais atos legais desempenham papel necessário, por sua função referencial obrigatória para os diferentes sistemas e redes educativos. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que ainda está em curso o processo de implementação dos princípios e das finalidades definidos constitucional e legalmente para orientar o projeto educativo do País, cujos resultados ainda não são satisfatórios, até porque o texto da Lei, por si só, não se traduz em elemento indutor de mudança. Ele requer esforço conjugado por parte dos órgãos responsáveis pelo cumprimento do que os atos regulatórios preveem. (BRASIL, 2013, p. 12).

Na construção deste parágrafo, observamos a partir de uma série de referências, que o texto insinua uma provável mudança com efeitos significativos para a educação no país quando se concretizar os resultados dos esforços “dos órgãos responsáveis”. A educação passa a ser uma pauta de importância e reponsabilidade de diversos segmentos sociais, em construção. Ao mesmo tempo, a expressão informal “sem sombra de dúvidas” parece justificar outra: “...cujos resultados ainda não são satisfatórios, até porque o texto da Lei, por si só, não se traduz em elemento indutor de mudança”, a medida que as responsabilidades não estão claramente definidas.

3.3.2 Universalização

Esta estratégia conjuga a ideia de que “acordos institucionais que servem de interesse de alguns indivíduos são apresentados como servindo de interesses de todos e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedidos.” (Thompson, 2011, p.83).

Percebe-se que a Universalização vem a encontro da Racionalização no ponto em que é preciso domínio dos conteúdos e das habilidades de determinados interesses para ser reconhecido como competente em determinada área.

É possível observar também um aspecto da ADC que se relaciona com essa Nominalização de determinadas palavras a fim de realçar o valor e o destaque de tal atributo, classificado como “Comodificação”. O termo é designado como um processo pelo qual mercadorias são produzidas não em sentido de artigo de venda, mas organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias. (Fairclough, 2001, p. 255).

Em vários setores da sociedade, determinadas palavras alcançaram um padrão lexical que remete a uma tendência discursiva homogênea sobre o desenvolvimento e a qualidade da educação e os mecanismos para alcançá-los. Podemos associar essa estratégia também aos aspectos da Racionalização, em mais esse exemplo retirado da BNCC:

É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da organização das nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino – americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE na sigla em espanhol). (BNCC, 2017, p. 13).

Alinhar o documento com referências atribuídas a um padrão internacional globalizado de qualidade de ensino, endossa o propósito subliminar de fazer parte do cenário de desenvolvimento da educação a partir de um discurso com estratégias ideológicas. Esta sequência temporal e vertical pode ser atribuída a Narrativização, a próxima estratégia ideológica da Legitimação, categoria que veremos a seguir.

3.3.3 Narrativização

Neste modo de operação da ideologia de Thompson, o significado de pertencimento, tradição, surge de maneira formal e informal, contadas por pessoas de gerações e épocas

diferentes, em processos simbólicos que reforçam e sustentam relações de poder. (Thompson, 2011, p.83).

Em suas edições mais recentes, a BNCC pontua com mais ênfase em seus textos a participação de grandes números de técnicos e responsáveis pelas esferas legais da educação em todo país, a fim de ter uma ação colaborativa e que soe democrática a pluralidade sociocultural que ele apresenta.

Podemos notar em dois excertos da BNCC do Estado do Pará, abaixo citados, como a narrativização no texto demonstra a persuasão do documento em considerar os contextos sociais e culturais da região. Partir destes aspectos para uma aproximação de identidades, suas valorizações e reconhecimentos, faz parte de uma política instituída para reger de forma hegemônica as esferas a que estão subordinadas a esse organismo institucional.

No primeiro excerto, intento narrar as propostas como meios fundamentais do desenvolvimento de grupos sociais através da educação, aqui representados como protagonistas destas futuras transformações: “A educação como prática cultural, resultante da relação entre sujeito e objeto, marcada por temporalidades contextuais diversas, representa uma das forças capazes de definir possíveis rumos para o futuro da humanidade.” (BNCC Pará, 2018, p. 4).

No segundo excerto, parece – nos clara a rememoração de ações que ratificam o currículo como instrumento efetivo de mudanças sociais, as quais perpassam por uma formação do aluno enquanto sujeito crítico participativo destas mudanças:

Hoje, o currículo tem que dar conta dos fenômenos contemporâneos: mundo do trabalho, vida moderna, desenvolvimento tecnológico, redes sociais, atividades desportivas e corporais, produções artísticas, modalidades de exercício de cidadania, movimentos sociais, entre tantos outros. Tudo o que ensinamos por meio do currículo tem estreita ligação com essas questões, ele anuncia uma prática produtiva que terá muitos efeitos: relação social, relação de poder, identidades sociais (BNCC estado do Pará, 2018, p.13).

Deste modo, a ideologia através da Narrativização é mais nítida, porque envolve entre outras práticas, discursos e documentos que narram relações sociais e assim estabelecem quais as posições dos atores de dominação exercem nestas relações.

No capítulo 6, sobre “Discurso como modo de prática política e ideológica: relações de poder através de instituições e ambientes socioculturais”, incluímos alguns textos relacionados a BNCC estado do Pará, bem como excertos do documento curricular escolhidos para análise, aonde discutiremos melhor sobre a proposta ideológica de Thompson.

Em suma, os modos operacionais da Ideologia apresentados por Thompson (2011) são estratégias relacionadas intrinsecamente a sua construção simbólica e quanto as dinâmicas de

ação no texto e suas dimensões ideológicas dos domínios de poder, e foram escolhidas para esta pesquisa com a finalidade de explicar como crenças, ideias e valores são reproduzidos no documento curricular BNCC estado do Pará e textos relacionados.

3.4 OS EXCERTOS DO DOCUMENTO CURRICULAR BNCC ESTADO DO PARÁ – EDUCAÇÃO BÁSICA – ESCOLHIDOS PARA ANÁLISE

Neste tópico, composto de trechos do documento curricular BNCC do estado do Pará, procuramos citar trechos que remetem a uma identidade amazônica a qual deve ser construída, preservada, através da execução de propostas curriculares, que pretende também incentivar uma postura de pertencimento e de prática voltada para a diversidade sociocultural da região.

Para a ADC, o texto é “o principal material empírico de pesquisa do/a analista crítico/a do discurso” (Resende e Ramalho 2011, p.103). Assim, esta pesquisa documental a partir do texto de natureza normativa, reporta-se ao objetivo de investigar a ideologia presente na tessitura do documento, com ênfase nos temas identidade social e cultural e a prática discursiva em vista dos modos operacionais da ideologia de Thompson (2011).

A BNCC estado do Pará Ensino Fundamental apresenta três itens sobre concepção de currículo: “Respeito às Diversas Culturas Amazônicas e suas Inter – Relações no Espaço e no Tempo”, “Educação para a Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica” e a “Interdisciplinaridade no Processo Ensino- Aprendizagem.” Estes itens são norteadores do planejamento curricular nas etapas de ensino desde a educação infantil até o fundamental de sexto ao nono ano, e em suas subdivisões, trazem termos lexicais que se voltam a uma conjuntura de valorização da cultura e identidade amazônica.

De maneira mais específica, encontramos na designação “eixos estruturantes”, o eixo “Cultura e Identidade” que por sua vez são associados aos “ciclos de aprendizagem” e “áreas de conhecimento” e aqui se explicita o objeto da análise da pesquisa. Existem em sequência os subeixos, com objetivos de aprendizagem e habilidades, como na estrutura nacional da BNCC.

Sendo a BNCC estado do Pará um documento que parte de orientações do documento nacional, no qual encontramos as bases para que estes itens se desenvolvam, é necessário recorrer aos seus princípios no documento norteador para compreender como se estabelece essa relação ideológica através de um texto normativo e sua distribuição e consumo.

A análise dos excertos parte da estrutura do documento curricular BNCC Estado do Pará, desde a introdução até as divisões e subdivisões para que se possa argumentar como as

concepções referentes a identidade social e cultural se manifestam no documento. É necessário ainda associar a relação destas concepções com os atores sociais envolvidos neste contexto a partir dos modos operantes da ideologia, detalhados anteriormente, na atribuição dialética do discurso e da estrutura social.

Excerto 1

Para contextualizar a Educação Infantil no Estado do Pará faz-se necessário apresentar o cenário das 12 regiões de integração¹⁰ em que estão incorporados os 144 municípios que congregam o Pará, destacando dados educacionais que figuram no atual contexto da Educação Infantil.

Os municípios das regiões do Guajará, Baixo Amazonas, Xingu, Tapajós, Araguaia, Carajás, Tucuruí, Tocantins, Rio Capim, Rio Caeté, Marajó e do Rio Guamá são compostos por diferentes infâncias. Elas são partícipes de espaços históricos e geográficos, como cidade, campo, aldeias, assentamentos e ilhas nos quais as crianças apresentam identidades sócio-culturais de acordo com os princípios defendidos pela população da qual fazem parte. (BNCC Pará, 2018, p. 24)

A forma de agrupar os municípios a partir de suas características geográficas e atribuir um currículo que corresponda ao que se denomina “diferentes infâncias”, se encaixa a Nominalização, categoria agrupada a Reificação, como meio ideológico de atender as especificidades de grupos e indivíduos aqui colocados como representantes destes territórios, e também a atribuição de que as crianças já apresentam identidades socioculturais de determinada população. No trecho, pressupõe-se que já existem princípios a serem defendidos, de alguma forma organizados e delimitados anteriormente.

A Narrativização, categoria integrada a Legitimação, segue como modo ideológico no excerto a partir da seleção dos dados informativos como garantia de que o documento abrange determinados conhecimentos sobre a região e fundamenta a necessidade de incluir além de efeitos ideológicos, efeitos políticos no documento.

No excerto 2, a Nominalização é reforçada quando designa quais populações se refere o trecho 1.

Excerto 2

É imperiosa a garantia de escolas de Educação Infantil às populações do campo, dos povos da floresta e dos rios, indígenas, quilombolas respeitando e garantindo assim esse nível de ensino nos diferentes contextos amazônicos, privilegiando a constituição diversificada das

crianças que neles habitam, respeitando, portanto, suas identidades, os seus aspectos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, corporal, entre outros. (BNCC Pará, 2018, p. 30).

Excerto 3

Apesar de a Educação infantil e o Ensino Fundamental serem etapas de escolarização diferentes, do ponto de vista da criança e da sua experiência não há fragmentação. Nesse sentido, os professores e as instituições é que muitas vezes opõem e/ou fazem distinção desnecessárias entre esses níveis de ensino, desconsiderando a criança e, conseqüentemente, negligenciando sua construção sócio-histórica e, sobretudo, sua experiência como sujeito cultural. (BNCC Para, 2018, p. 30)

Neste fragmento, nota-se uma apropriação de fala sobre o protagonismo dos alunos das primeiras etapas da educação básica para enfatizar que professores e instituições “se opõem e/ou fazem distinção desnecessárias entre esses níveis de ensino”.

Existe também no excerto o processo de Naturalização, pois determina que tal fator de negligência dos professores e instituições impediram, em partes, a construção completa e efetiva enquanto sujeitos sociais e culturais.

Desta maneira, pode-se observar que esses modos operacionais da ideologia são recorrentes no texto da BNCC, e serão associados posteriormente aos conceitos primordiais da pesquisa em Análise do Discurso Crítica. Pretende-se fazer uma análise mais extensa para que os resultados alcancem níveis mais relevantes, contudo, as amostras de análise em um limitado número de categorias permanecem como foco para que o discurso ideológico seja evidenciado conforme os objetivos propostos.

Excerto 4

Por sua vez, a BNCC estado do Pará, no item sobre a “Formação do Professor(a) da Educação Infantil”, atribui ao profissional a responsabilidade “pela construção de sua identidade individual enquanto profissional, assim como coletiva a partir do momento em que o educador se vê parte do sistema, de uma educação e de uma sociedade que se almeja democratizante.” (BNCC Pará, 2018, p. 56).

Ou seja, tanto a identidade social quanto a cultural nas dimensões discursivas da educação, retoma a um suborno ao que é estabelecido pelo sistema social predominante. Em um trecho posterior do documento curricular, quanto a sua prática pedagógica de registros de atividades, o professor é visto em um ofício contínuo de aprimoramento:

“No campo das especificidades o ato de registrar nos convida a ter um olhar mais, sensível, estrito e pormenorizado da atuação dos educadores no(s) seu(s) território(s) de ação, e vão delineando sua trajetória, sua identidade como cidadão e profissional. (BNCC Pará, 2018, p. 57).

Aqui está alheia a realidade de comunidades interioranas da Amazônia que foi agravada com esta pandemia: falta de professores e funcionários para compor o quadro para um período letivo, sem acesso pelas vias fluviais ou tecnológicas a um direito constitucional que é a educação.

Em alguns casos na época, a elaboração de materiais como cartilhas não considerava as particularidades da zona rural e zona urbana, justificada pelas problematizações já citadas anteriormente, tais como recursos humanos e materiais para o planejamento e a execução de um conteúdo didático aproximado do ambiente sociocultural e histórico do aluno.

Excerto 5

Este excerto é continuidade da análise sobre o perfil do professor situado no documento em um processo de Naturalização de um indivíduo que se torna participante de seu discurso ideológico. Aqui, a linguagem emotiva e informal personifica o professor a atribuições de poder que se mobiliza para atender as competências almeçadas para elevar a qualidade do ensino no estado do Pará.

Não está claro no documento de que forma é possível adquirir essas habilidades enquanto profissional e indivíduo, para então corresponder a essa proposta de desenvolvimento e apreensões de conhecimentos em diversos contextos da educação infantil, no caso.

E o professor? O professor é o sujeito histórico cultural que consciente dessas possibilidades e cronologicamente detentor de uma maior experiência cultural e histórica suscita e possibilita o contato com novos espaços e materiais em situações que precisam ser estimuladoras. Isto não quer dizer, no entanto, que o professor está sempre a controlar tudo, como se assumisse ser o senhor do tempo para ditar quando e como se deve iniciar e parar as coisas. Não! Não! O professor delicadamente deve silenciar para buscar intimidade com as crianças e com as relações de significância que fazem com os objetos, pessoas e situações.” (BNCC Pará, 2018 p. 63, grifo nosso).

Os grifos nas palavras indicam como a Narrativização associa-se a Nominalização para reforçar que o professor tem uma função primordial e atuante para que os conceitos tradicionais de submissão e controle sejam abolidos do processo de ensino aprendizagem, ao menos para o aluno.

A BNCC nacional adota um posicionamento mais brando e genérico a partir dessa orientação em um de seus itens sobre a “Base Nacional Comum Curricular e currículos” quando orienta:

Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático – pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.; (BNCC, 2017, p. 17).

Já a BNCC do Estado do Pará destaca suas populações tradicionais para que a identidade coletiva regional não destoe da simbolização de unidade do documento oficial (Unificação), contudo ainda enfatiza algumas e oculta as identidades fragmentadas de comunidades formadas por migrantes e imigrantes nos últimos anos, por exemplo.

A Proposta de organização curricular para o Ensino Fundamental deve contemplar pressupostos teórico-metodológicos que garantam, às populações que nele habitam, a integridade sociocultural, estimulando, cada vez mais, os processos criativos e produtivos que emanam dos diferentes grupos sociais e/ou comunidades, sejam estas campesinas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e cidadinas. (BNCC Pará, 2018, p. 108).

No excerto abaixo, em via conclusiva sobre orientações curriculares, determinadas informações se acumulam sobre quais ambientes de aprendizado deve se apoiar o currículo, em que vigência e limite está a responsabilidade da escola junto aos diversos espaços citados.

Portanto, o currículo precisa dar conta dos fenômenos contemporâneos: mundo do trabalho, vida moderna, desenvolvimento tecnológico, redes sociais, atividades desportivas e corporais, produções artísticas, modalidades de exercício de cidadania, movimentos sociais, entre tantos outros. Tudo o que ensinamos por meio do currículo tem estreita ligação com essas questões, ele anuncia uma prática produtiva que terá muitos efeitos na relação social, na relação de poder e nas identidades sociais. (BNCC Pará, 2018, p. 108, grifo nosso).

A expressão “entre tantos outros” indica que existam outros espaços indeterminados em certas realidades, e, mesmo que pareça acessível, não garante se a proposta vai ser alcançada. Um exemplo seria a participação de alunos em aulas remotas na área urbana, em que o acesso a dados móveis e celulares é mais viável que na zona rural. Entretanto, famílias dispunham de apenas um celular para dois ou mais alunos e nem sempre os recursos financeiros atendiam o consumo regular de conexão com a internet.

O exemplo acima complementa o último grifo, porque aguarda no currículo o cumprimento de uma “prática produtiva” intensa em três complexos e distintos campos: relação

social, relação de poder e identidades sociais com provocações às relações do discurso enquanto prática social.

Excerto 6

Este é o tópico que consideramos mais relevante para nossa pesquisa, pois faz parte dos eixos estruturantes elencados para o ensino fundamental. Eles se constituem em temáticas sobre “Valores a vida social” e “Cultura e Identidade.” Tais temáticas estão descritas na BNCC estado do Pará de uma forma que suas orientações não partem diretamente de uma imersão mais profunda nas diversidades socioculturais do estado, seguindo em partes o que se critica na BNCC nacional, quanto a forma de texto hegemônico e sem a abertura para as diversidades regionais.

Os excertos a seguir, retirado do item “Valores à Vida Social”, trazem um ponto relevante sobre a ideologia: trata-se de relações sociais em que o discurso institucional deve ser normativo e não subversivo:

Os valores que constituem a sociedade foram e são construídos pela humanidade por meio das relações sociais a que estão submetidos; a família, a igreja, as associações comunitárias, os espaços de lazer, a escola, entre outros, são, por excelência, instituições e espaços de convivência humana em que as ideias são confrontadas, surgindo daí novas formas de ver o mundo e nele estar. (BNCC Pará, 2018, p.123).

O excerto legítima como uma sequência discursiva conduz a ambientes sociais de marcos identitários padronizados, aonde as relações seguem diretrizes estabelecidas, e por isso transformações e mudanças inevitavelmente são direcionadas por interesses em comum. Como exemplo, podemos citar igrejas que estabelecem um modelo padrão de família, de conduta social e religiosa, sendo esta última, determinante sobre as outras atividades e práticas dos atores sociais.

Ainda que as mobilizações sobre valores sociais tenham pontos em comum de uma luta por um “mundo melhor”, os interesses podem estar polarizados quando as convicções são colocadas em divergência, não raramente pautadas em discursos de extrema direita, por exemplo.

A Narrativização por sua vez está presente como meio de afirmação de discursos e práticas sociais porque torna autênticos os fatos, eventos e histórias de forma atemporal. São núcleos de interação em que alguns temas parecem mais flexíveis ou rígidos, de acordo com as ideologias que constituem os valores de cada esfera em que se identificam os participantes.

Excerto 7

Neste excerto, pertencente ao tema valores sociais, escolhemos como estratégias ideológicas a Nomenclatura/passivização, parte do modo operacional da ideologia de Reificação (Thompson2011) e ainda três estratégias vinculadas ao modo operacional “Dissimulação”: Deslocamento – em que se situa termos e expressões em outro contexto; Eufemização – A distinção em relevância positiva de relações, atos e instituições; e o Tropo – Formado pelas figuras de linguagem metáfora, sinédoque e metonímia.

A Dissimulação aparece com mais frequência quando associado a análise gramatical e linguística em um contexto metodológico mais específico, todavia a sua abordagem neste excerto se justifica pelo frequente uso das estratégias na estrutura das sentenças, em que relações de dominação são negadas ou ocultadas:

“A construção e/ou (re)significação de valores para a vida em sociedade ocupa, de certo modo, grande parte do tempo de aula de professores Brasil afora. A escola, nesse sentido, tem sido – a despeito das demais ambiências humanas, o espaço escolhido, tanto pelo Estado quanto pela família – lócus privilegiado para o ensino-aprendizagem de valores.

Assim, as áreas de conhecimento devem potencializar, considerando seus objetos de estudos, propostas que destaquem a construção de valores que levem os estudantes ao pleno exercício da cidadania bem como à qualificação para o mundo do trabalho.” (p. 123-124).

Notamos que a metáfora “construção” indica um processo constante de busca e remodelamento de uma expressão abstrata e de equivalência significativa: valores sociais. A responsabilidade é direcionada ao professor e a escola como um todo, sobre fornecer meios de aquisição destes valores ao mesmo tempo que preparam para “o mundo do trabalho.”. A intervenção do professor se parece mais a de um “chefe de obras” a serviço de uma construtora que por sua vez, administra o valor e o custeio do imóvel. Os órgãos do governo são as construtoras, o financiamento vem dos recursos públicos destinados a educação e das instituições “parceiras”, sobre um grande revestimento ideológico de compromisso com o desenvolvimento através da educação, junto as ações que realizam. A participação nas elaborações de políticas educacionais no país sobre este modus operandi, emparelhado ao sistema capitalista que também usa metáforas a partir de novos léxicos sobre a formação de mão de obra, promovem a educação como um investimento necessário para o “bem comum”.

Na designação de texto como produção, distribuição e consumo, a ideia de que a escola é um local privilegiado em que se deposita a responsabilidade de conceber e transmitir os valores sociais aos alunos, eufemiza as lutas de todos os demais participantes.

Exceto 8

O estado do Pará abriga uma diversidade cultural advinda de grupos étnicos distintos, e o perfil destas identidades deve ser incluída no planejamento curricular das escolas não somente para ressaltar as influências de determinados elementos, como culinária, dança, trajes típicos, mas como elas são prestigiadas ou invisibilizadas em confrontos sociais.

O excerto a seguir é a introdução do sub eixo Cultura e identidade, da BNCC estado do Pará, no qual a definição de identidade cultural está alinhada ao modo operacional Unificação, quanto as características de suas estratégias sobre a criação de uma identidade coletiva (estandarização) e a organização de símbolos de unidade e representação social (simbolização).

No primeiro parágrafo, a definição de identidade cultural é sintetizada pela representação dos símbolos materiais e imateriais, em demarcações homogêneas de uma história reproduzida sem maiores contradições sobre quais símbolos permanecem ou representam os grupos étnicos ao longo do tempo.

Antes de argumentarmos sobre os modos operacionais no excerto abaixo, é necessário contextualizar a definição de “Estudos Culturais” descrita no rodapé desta citação. No texto, essa definição se posiciona em uma tentativa de confrontar uma sugestão mais democrática, apresentada na proposta curricular, mas que tem suas exceções.

O excerto segue uma descrição teórica sobre a tradição Arnoldiana, com força mais proeminente no século XX sobre a blindagem da cultura pela sociedade elitista e hierárquica frente ao avanço da “cultura de massa”. Esse movimento teve relação com os currículos porque a finalidade era expandir o conceito de resistência a uma cultura enquanto mercadoria de consumo a larga escala, sem correspondência ao que classificavam como “verdadeira cultura”, o que na BNCC estado do Pará é assim colocada:

“ Cultura e identidade”

Sendo constantemente construída a partir do dinamismo das sociedades e da multiplicidade de relações num conjunto de saberes vivos, a identidade cultural se estabelece nas relações sociais e nos diversos patrimônios simbólicos que são historicamente compartilhados entre sujeitos dos mais diversos grupos sociais.

Possuindo complexo conceito em função de múltiplas discussões de teorias recentes advindas do campo dos Estudos Culturais, da Arte, da Educação, das Ciências Sociais, etc., sua compreensão se pauta desde o modo alimentar de um grupo de indivíduos passando por suas tradições orais que ultrapassam gerações, chegando às manifestações complexas tanto no campo das transformações tecnológicas quanto políticas.” (p.127)

Podemos justificar a escolha do modo operacional estandarização para análise deste excerto quando relacionamos determinados elementos como símbolos culturais. Atualmente, discursos sobre uma representação identitária em que se menciona determinados referenciais

simbólicos pertencentes a cada região ou estados do país, pertencem a uma ideologia sobre valorização cultural sem ajuste com a realidade social e suas necessidades emergentes.

Se a teoria Arnoldiana e similares traziam a preservação do conhecimento elitista e artefatos referentes a uma cultura mais refinada e seletiva em contraposição a cultura de massa e sem linhagens tradicionais de “conhecimento”, as polarizações na presente conjuntura social, histórica e política estão situadas em poder colonial e o movimento pós colonial.

O estado do Pará, assim como o país e a América Latina, trazem em suas histórias as linhas escritas pela colonização europeia, em profundas memórias de domínio e lutas sem registros equivalentes dos povos originários e suas vivências. De alguma forma, ainda vivemos uma colonização do saber em novos parâmetros de dominação ideológica, reproduzidos através de diversos meios disponíveis e presentes também nas propostas curriculares.

Embora a BNCC estado do Pará apresente no item cultura e identidade uma tentativa de resgate, valorização e pertencimento, a padronização há tempos estabelecida sobre o que ensinar e aprender a partir destes temas ainda está presente na proposta. Essa estandarização que agrupa certos elementos em uma sequência (modo alimentar, tradições orais, manifestações complexas em dois campos diferentes: tecnologia e política) é um esquema reducionista sobre a extensa discussão que o referencial teórico do excerto permite explorar.

Esse esquema pode dirigir um projeto pedagógico interdisciplinar, um plano de curso das disciplinas relacionadas voltado para a cultura regional apresentando as primeiras opções: costumes, memórias e manifestações artísticas como sendo referências homogêneas da identidade cultural de determinado grupo étnico ou de um lugar, mas que nem sempre dialoga com uma prática social reflexiva, para que essas identidades sejam visibilizadas e suas histórias recontadas a partir do olhar e a voz de seus atores sociais.

Todavia, a identidade fragmentada e a identidade geocultural estão presentes inclusive nas populações em que a reivindicação sociocultural é legítima, pela história e territorialidade advindas dos seus antepassados, trazidas de forma oral e por costumes que, com o passar dos anos, foram adaptados ou não tinham espaço em um novo modelo social e econômico. O excerto coloca ainda, que a cultura deve se posicionar em áreas mais complexas como política e tecnologia, em conformidade aos movimentos representativos de grupos e por meios de comunicação e ferramentas digitais.

Se pudéssemos nos voltar sobre quais seriam os princípios de qualidade de vida incluindo alimentação, manifestações culturais e religiosas para as etnias nativas de nossa região, certamente teríamos como resposta o que foi e está sendo modificado em uma sociedade cada vez mais globalizada, em que a miscigenação acontece não somente como um fator integrante

dos aspectos culturais de uma região, mas em constante processo de degradação além do meio ambiente e territórios pertencentes a essas etnias.

Dessa forma, trazer debates sobre políticas públicas culturais que abranjam desde a importância de conservação de artefatos, monumentos, patrimônios naturais, históricos do estado, em consenso aos marcos de luta de povos tradicionais e mesmo a população da cidade em seus organismos característicos nesta esfera, sugere um planejamento curricular mais próximo as mudanças sociais necessárias no cenário amazônico.

4 PRÁTICAS E EVENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O PODER IDEOLÓGICO ATRAVÉS DO TEXTO E DO DISCURSO

No campo da educação pública, um mercado permanente em vistas do crescimento promissor nos últimos anos, o termo nominalizador “parceiros” gera um grande movimento hegemônico e ideológico presentes nas ações dos programas do governo. A edição 2024 da Conferência Nacional de Educação (CONAE) decênio 2024 – 2034 do Plano Nacional de Educação (PNE) teve como tema “Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, aonde os posicionamentos dos grupos aonde a influência direta de determinadas instituições “parceiras” foi questionada.

A educação é um caminho de ordem prioritária, básica e necessária, de demandas grandiosas e complexas, o que torna a execução de projetos ou iniciativas um empreendimento de visibilidade e retorno quase que garantidos. A observação de Macedo (2014, p. 1540) é a seguinte:

Os sites dos principais agentes públicos que dinamizaram o debate até então indicam praticamente os mesmos “parceiros”. Instituições financeiras e empresas - *Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras* — além de *Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola*. As referências cruzadas entre os diferentes parceiros são muitas e não cabe aqui arrolá-las de forma extensiva.

Na edição da Conferência deste ano, participantes fizeram manifestações contra o presidente fundador da Fundação Lemann, há longos anos presente em projetos, grupos e instituições ligadas ao Ministério da educação. Sobre a fundação Lemann, sua trajetória desde os planejamentos iniciais da BNCC, garantiu o direito a um assento no conselho consultivo e maior participação nas decisões sobre a educação pública.

Assim, através do domínio de poder e do discurso, de reforço midiático proeminente, a fundação Lemann junto a outras organizações financiadas por empresas privadas representam de maneira expressiva a atuação ideológica de interesses de fomento privado em organizações públicas.

Entre os sete eixos da Conferência sobre formulações de problemas, causas, objetivos, diretrizes, metas e estratégias para a construção do PNE 2024- 2034, alguns participantes destacaram a predominância de iniciativas privadas como as mantidas pelo empresário. Outro

ponto levantado na conferência foi a aprovação de diretrizes que pedem a revogação da BNCC e da BNC para a formação de professores e da reforma do Ensino Médio.

Em nosso ponto de vista, o texto da BNCC estado do Pará, que tem como referência a BNCC nacional, enfatiza em seus eixos a diversidade sociocultural e histórica do estado, contudo não garante ou incentiva questionamentos e reivindicações sobre a realidade social fora de suas alçadas. Seria como discorrer sobre cultura, direitos sociais e identidades, mas sem abranger os nichos de lutas contrárias ao sistema ou interesses políticos regionais, o que não raramente estão vinculados a explorações ilegais dos recursos da natureza e outras violações de direitos tanto de comunidades tradicionais quanto populações carentes a margem do desenvolvimento urbano.

A trajetória de parceria da fundação Lemann junto a educação governamental no país data do ano de 2002, com lançamentos de programas, apoio a iniciativas destinados à educação pública, como ingresso na pós graduação para brasileiros em universidades internacionais como Harvard, Standford e MIT, formação de gestores escolares, parceria com a Khan Academy, aplicativo de Matemática reconhecido mundialmente. Suas redes e páginas da web seguem como ferramentas de ampla difusão de textos, discursos e eventos sociais, sendo assim mais acessível e propenso a maior credibilidade da população.

Para constatar como o texto se estabelece enquanto artefato de consumo ideológico, escolhi dois trechos retirados de páginas virtuais em que é possível ver a linearidade característica na construção da estrutura textual na concepção da ADC: o primeiro trecho se trata da página da Fundação Lemann, e outro trecho, de uma organização conhecida e de frequente citação midiática, a “Todos pela educação”:

1. “Educação pública de qualidade é um direito. Apoiamos organizações parceiras a fortalecerem e contribuïrem com as redes de ensino públicas para que todos os estudantes possam atingir seu máximo potencial, sempre com foco na redução das desigualdades raciais. “Somos todos pela educação independente, plural e decisivo”. Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado (Fundação Lemann).

Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade>

último acesso às 19:30h em 10 de março de 2024

2- Somos o todos pela educação: Independente, plural e decisivo

Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado.

<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso às 19:40h em 10 de março de 2024

Observamos mais uma vez a expressão “educação pública de qualidade” no primeiro excerto, em destaque crucial e de construção ideológica através da linguagem, seguida de medidas para sanar deficiências que o sistema público não corresponde de forma hábil e, para um melhor efeito, também suprimir as desigualdades de diferentes naturezas.

Fairclough (2001) afirma que ideologias são construídas em várias dimensões de formas/sentidos, práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação, assim como Thompson (1984, 1990), ao descrever que determinados usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicas, pois servem, em circunstâncias específicas para estabelecer ou manter relações de dominação.

Já no segundo excerto, a expressão “mudar pra valer” incita compromisso e seriedade ao discurso, resguardando os objetivos traçados nos textos das páginas destas instituições, junto a afirmativa de que “não recebendo nenhum tipo de verba pública” a autonomia e a imparcialidade das ações validam a atuação no espaço social e político, através da neutralidade no discurso, o que para a ADC é quase que inexistente.

Para Fairclough (2001) as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de “senso comum” e por isso a luta ideológica como dimensão de prática discursiva é importante para que a teoria exerça o papel de rompimento deste modelo discursivo. O teor “transformacional” da ADC gira em torno da reestruturação desta prática discursiva nas relações sociais em seus diversos contextos.

Outra abordagem importante na ADC é a transitividade, que corresponde a função ideacional, oriundas da Linguística Sistêmica Funcional. Tal abordagem tenta estabelecer como fatores sociais, culturais e ideológicos, políticos ou teóricos determinam a forma que um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou em um texto em

particular. Para a ADC, transitividade está ligada ao tema, uma dimensão textual da gramática da oração dedicada aos modos pelos quais os elementos da oração são posicionados de acordo com a sua proeminência informacional. (Fairclough, 2001, p. 223).

Escolhemos um texto selecionado da página virtual do Instituto Alana, um dos colaboradores da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) o qual apresenta uma padronização diferente dos excertos anteriores, e por isso nos permite identificar com mais clareza o conceito de transitividade:

Criança primeiro. Esse é o nosso porquê.

O Alana é um grupo de impacto socioambiental que promove e inspira um mundo melhor para as crianças. Um mundo sustentável, justo, inclusivo, igualitário e plural. Um mundo que celebra e protege a democracia, a justiça social, os direitos humanos e das crianças com prioridade absoluta. Um mundo que cuida dos seus povos, de suas florestas, dos seus mares, do seu ar.

Vivemos um momento extraordinário de urgências interconectadas com cruéis e avassaladoras ameaças. Fome, desigualdade, crise climática, ambientes digitais sem regulamentação. Criar um mundo melhor para as crianças é buscar transformar esta realidade.

Somos a reunião de educadores, cineastas, advogados, cientistas, jornalistas, administradores, ativistas, comunicadores, designers, pedagogos, conteudistas, empreendedores e artistas trabalhando juntos todos os dias para promover e inspirar novas possibilidades de mundo. Um mundo onde a floresta é viva, as tecnologias são centradas no humano, com condições dignas de vida para todos. Um mundo melhor para as crianças. Um mundo melhor para todas as pessoas.

O Alana é um ecossistema de três esferas interligadas, interdependentes, de atuação convergente, orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O encontro de um Instituto, uma Fundação e um Núcleo de Negócios de Entretenimento de Impacto. Um combinado único de educação, ciência, entretenimento e advocacy que mistura sonho e realidade, pesquisa e cultura pop, justiça e desenvolvimento, articulação e diálogo, incidência política e histórias bem contadas.”

<https://alana.org.br/instituto-alana/#site-content>. Último acesso às 13:25h 11 de março de 2024

A transitividade destaca dois tipos principais de processo: os relacionais, ligados aos verbos transitivos, e o processo de ação, em que um agente atua em direção a um objeto. Nos três primeiros parágrafos, destacamos os verbos “proteger”, “inspirar”, “celebrar”, relacionados

ao tema “mundo melhor”, voltado mais frequentemente para o agente “crianças”. A ideia de um grupo de profissionais, através de organizações que tem como “prioridade absoluta” as crianças e pauta seus objetivos em um modelo de sociedade em que é possível sanar desigualdades sociais e injustiças, bem como circunstâncias críticas, graves e de conjunturas de exploração de recursos naturais, reforça, entre outros, o discurso ideológico de que organizações sem fins lucrativos tem mais autonomia e influência social de mudanças do que organizações públicas.

Outros discursos que considero atrelados à estrutura discursiva de textos como este, é a mudança social em uma análise a partir dos modos operacionais da ideologia (Thompson, 2011), das quais a “Dissimulação” me parece mais coerente para esse contexto. Assim, a Dissimulação apresenta como as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas e suas estratégias características, neste caso, o “Deslocamento” (deslocamento contextual de termos e expressões). No trecho: “Um mundo onde a floresta é viva, as tecnologias são centradas no humano, com condições dignas de vida para todos.” é nítida a desvinculação discursiva da real sociedade e suas mazelas, para que seja cedido lugar a eufemismos, a viabilidade em uma dimensão restrita ao texto para consumo.

Logo em seguida, temos a “Eufemização” (valoração positiva de instituições, ações ou relações), presente na proposta ideológica de todo o texto, que, junto as figuras de linguagem (sinédoque, metonímia, metáfora) são características das estratégias típicas do

“Tropo”. Os conceitos hegemônicos sobre “um mundo melhor que é possível e/ou estar por vir”, seria um apagamento, um desprendimento dos mantenedores destes institutos, ligados em esferas do próprio capital explorador (empresas e grupos diversos) sem interesses sobre igualdades nas denominadas ordens do poder.

O instituto Alana tem como uma de suas dirigentes Ana Lúcia Villela, herdeira do Banco Itaú e uma das mulheres mais ricas do país. O Instituto Itaú Social financia eventos e projetos conhecidos do ministério da educação, os quais atendem escolas, universidades públicas e privadas, sendo essa uma parceria de longos anos. Como mencionamos algumas vezes, os discursos hegemônicos presentes nos textos sobre “educação de qualidade” circundam em etapas standardizadas, em uma constante reformulação para o alcance de determinadas estratégias.

Para Fairclough (2001) o conceito de discurso está de acordo com o de hegemonia de Gramsci (1971), sobre liderança e dominação nos aspectos econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade, o poder como um todo de uma das classes definidas enquanto fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio “estável”. (p.122)

O autor ressalta que, sendo um foco de luta constante, a hegemonia trata pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas, em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família) com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Nestes exemplos, procuramos demonstrar que, através da mídia é possível induzir e formar opiniões a partir de textos e discursos com aspectos informais, estratégias conhecidas do marketing e da publicidade que são utilizadas a fim de que as ideias repercutam com maior facilidade e receptividade pelo público. Na dimensão textual, o processo de naturalização é importante para estabelecer novas hegemonias na mudança de ordem do discurso, posto que essas reestruturam conceitos anteriores.

Desta maneira, o contexto no qual nos dirigimos é a base de mudanças que seriam inicialmente em espaços como a sala de aula e as atividades do Plano Político Pedagógico (PPP), o qual indica que os passos a serem dados devem partir do reconhecimento e da valorização dos saberes como meios de representatividade, em um teor crítico.

Nas atuais conjunturas da política educacional, em que os grupos dominantes envolvidos na elaboração dos planejamentos curriculares atravessam a representatividade e as construções identitárias de atores sociais, a mudança de paradigmas deve partir cada vez mais da mobilização desses atores e seus espaços, em um movimento paralelo ao estrutural, visto que coalizações ideológicas se cristalizam nos discursos e nas vivências também destes.

4.1 TEXTO E DISCURSO COMO MODO DE PRÁTICA POLÍTICA E IDEOLÓGICA: RELAÇÕES DE PODER ATRAVÉS DE INSTITUIÇÕES E AMBIENTES SOCIOCULTURAIS

Nosso país, além de vasto em termos de território, é também diverso em vários aspectos, étnico, cultural e linguístico, por exemplo. Sem dúvida, existem distintas e complexas realidades que apresentam características próprias, as quais pontuam junto a pauta de desigualdades sociais e outros numeráveis indicativos dentro e fora destes conjuntos, entre eles o da educação. Existe uma referência de altruísmo, voluntariado, doações e financiamentos de programas para “melhorar a qualidade da educação no país” a partir de projetos gerenciados por empresas estatais ou privadas. Aqui destacamos mais uma vez a “comodificação” que, em termos de ordens do discurso acontece como a colonização de ordens de discurso institucionais e mais largamente da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria.” (Fairclough 2001, p. 255).

Para a ADC, o aspecto ontológico compreende a realidade como fator histórico e social que se constrói, enquanto no aspecto epistemológico, a pesquisa deve considerar que o discurso é intermediador do conhecimento, e que este, por sua vez, é indissociável das estruturas de poder, relações sociais e ideologias presentes na sociedade. A teoria concentra-se em analisar como ele é produzido, reproduzido e disseminado e como contribui para influenciar as relações de poder por meio de ideologias linguísticas, nas práticas sociais. Essas práticas podem ser encontradas na escola, na família e na comunidade local, em diferentes espaços socioculturais.

Existe nos textos dos documentos curriculares em que analisamos, o que Macedo (2015) considera “modus operandis” ou seja, procedimentos que operam, executam atividades de maneira codificada, tanto em sua forma literal, quando designa abreviações de números e letras (códigos alfanuméricos, no caso da BNCC) quanto em sua estrutura textual, em seus aspectos semânticos e linguísticos.

Na BNCC, encontramos um discurso linear, hegemônico, documental, designado para que sejam cumpridas suas orientações nas diversas categorias de ensino, tanto na rede pública quanto na rede privada. Suas pautas corresponderiam a alternativas possíveis de alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento na educação, elaboradas a partir do aval em diversas áreas em que se levantam pontos tidos como deficitários e insuficientes, neste processo.

Macedo (2012) delinea os termos educação e ensino com a expectativa de separá-los da conceituação similar no currículo. Para a autora, é imprescindível não relacionar nomenclaturas que caíam no uso comum do discurso da educação, tais como ensino aprendizagem e escola como detentora e intermediadora do conhecimento.

Contudo, para Macedo (2014) as teorias do discurso se deslocam desta finalidade crítica quando tornam-se narrativas hegemônicas, em toda construção textual, assim conceituado por E.Laclau e C.Mouffe (2004).

Tenho entendido as políticas curriculares como discursos hegemônicos, mais ou menos efetivos em sua tarefa de suturar a estrutura deslocada, ou seja, de fixar sentidos para educação [e currículo]. Num nível mais macro, tenho argumentado que as políticas tomam a qualidade da educação como significante nodal capaz de sobre determinar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político. Na medida em que o exterior constitutivo desta cadeia de equivalência é uma fantasia idealizada de crise do sistema educacional, tornada “real” por um conjunto de dados estatísticos, trata-se de um discurso capaz de tornar equivalentes praticamente todas as demandas no campo da educação. A princípio, ninguém é posto no lugar do outro por este discurso, como se pode observar nas campanhas políticas em que todos, sem exceção e independente do lugar que ocupam no espectro político, defendem uma educação de qualidade.” (2014, 1530-1555 “1536”).

O termo “nodal” na citação pode ser definida como “uma objetivação de um vazio” (Macedo 2014). A partir de então, os discursos hegemônicos apresentam-se como reorganizadores de novas estratégias, as quais criam uma atmosfera de soluções práticas e alcançáveis, igualmente hegemônicas. É importante colocar aqui que, a perspectiva de hegemonia a partir dos conceitos da ADC é rejeitada enquanto mantenedora de ideias e meios de dominação em relações de poder. Ela deve ser desconstruída enquanto mecanismo de poder diante dos domínios sociais, como também combatê-lo, inclusive no âmbito científico, quando se tem por finalidade a sua manutenção.

Nos países com tradição colonialista em dado momento histórico, atualmente levantam-se partidos conservadores como o VOX, na Espanha, que defendem um estado firmado em um nacionalismo impermeável. A proposta de partidos neste perfil quanto a educação, mais especificamente em um currículo, assim se apresenta:

“Incluiremos nos currículos conteúdos sobre história da Espanha, a identidade nacional e a contribuição da Espanha para a civilização e a história universal, com especial atenção a feitos e façanhas de nossos heróis nacionais, bem como os símbolos da Nação, especialmente a bandeira, o Hino e a Coroa. O conhecimento de nossa Nação e da Hispânia também será promovido.” (Vox Espanha).

Neste trecho, ressaltamos uma breve análise a partir de dois conceitos relacionados a ADC: o primeiro sobre a arbitrariedade e o outro sobre um dos modos de operação da Ideologia designada por Thompson (2011), a Unificação através da Estandartização/ Simbolização da Unidade.

Na ADC, Arbitrariedade e Ideologia são termos centrais interligados, porque um evidencia a função do outro, se existem ou não em um mesmo contexto. Caso a ideologia esteja presente, não se tem a Arbitrariedade no discurso. Enquanto que a Arbitrariedade diz respeito a linguagem como elemento cultural em que noção de signos linguísticos (frases, palavras, outros) não tem uma conexão literal com o que eles representam, a Ideologia por sua vez utiliza os sistemas de crenças, valores e representações que transitam na linguagem e influenciam a forma de interpretação do mundo. Para ilustrar essa colocação, destaquei alguns trechos de um texto do instituto Natura em sua página virtual, sobre Alfabetização:

“Por que atuamos com alfabetização?”

Alfabetizar as crianças na idade certa é umas das urgências da Educação brasileira. 51,2% das crianças do 2º ano do ensino fundamental no Brasil não apresentam as habilidades e competências esperadas de leitura e escrita para serem consideradas plenamente alfabetizadas (SAEB 2019).

(...)

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Natura, Fundação Lemann e Associação Bem Comum em 2019, por meio de avaliação de fluência, identificou-se que 73% das crianças não foram alfabetizadas na idade certa. A não alfabetização na idade certa é uma tragédia silenciosa. Uma criança não alfabetizada tem uma tendência maior à evasão e à repetência escolar. Além disso, os processos posteriores de aprendizagem escolar ficam comprometidos, uma vez que estão vinculados à aquisição inicial do código alfabético.

Estudos também relacionam o analfabetismo ao menor acesso ao mercado de trabalho e à menor qualidade de vida. Os resultados apontaram que uma pessoa alfabetizada possui melhor qualidade de vida, saúde, empregabilidade e renda entre os alfabetizados. (O custo do analfabetismo para a vida de um indivíduo – Ricardo Paes de Barros, Insper, 2017)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental devem ter a alfabetização como foco pedagógico. Portanto, a idade certa para uma criança estar alfabetizada é até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, com 7 anos de idade.” (Fonte: www.institutonatura.org)

As informações colocadas no texto seguem uma estrutura típica dos textos institucionais, iniciam com a importância de uma intervenção em uma problemática alarmante, pautadas em dados estatísticos comprobatórios, para serem associados a iniciativa como uma parceria sem outro objetivo senão de colaborar para a melhoria no processo de alfabetização das crianças do Brasil.

Sem dúvida, a mobilização neste sentido pós pandemia gerou um alerta sobre o rendimento dos alunos, pois o ensino presencial foi interrompido sem que houvesse alternativas viáveis ou experienciadas antes disso. A “tragédia silenciosa” é uma metáfora ao qual pode ser atribuída a outras consequências, cuja tragédia acentuou-se mais uma vez por desigualdades de ordens diversas, atreladas a metas não alcançadas desde antes da situação crítica advindas do período pandêmico.

Tanto no texto da BNCC quanto no texto dos projetos das “empresas parceiras”, o foco está pautado na sequência: problematização, alternativa de solução do problema, estratégias de execução e a finalidade de alcançar as metas. No caso da iniciativa privada, os resultados nem sempre tem o efeito esperado, seja pelo prazo de duração ou porque o alcance social não

contemplava outras questões relacionadas aos objetivos, de necessidade assistencial equivalente. Porém, os discursos revertem-se para as pautas de importância de realização e a contribuição que o projeto ofereceu àquela causa emergencial. A divulgação midiática é uma ferramenta potencializadora e eficaz da referida ação, sendo também um recurso estudado pela ADC sobre ideologia nas mídias.

No último trecho grifado, coloca-se a alfabetização como um pré-requisito para se ter acesso a “melhor qualidade de vida, saúde, empregabilidade e renda”, em contraposição às sequelas de quem não tem acesso a escolaridade formal. Faço aqui uma observação sobre o peso ideológico que cabe em cada um dos termos, visto um mercado de concorrência a cada dia mais saturado em determinadas áreas, a contribuição dos empreendimentos autônomos, as diversas áreas de geração de renda que não tem a mesma ênfase do que as áreas acadêmicas, as quais já não garantem estabilidade financeira ou projeção social como se coloca em textos e discursos.

O PNE (Plano Nacional de Educação) e todos os outros segmentos a ele vinculados, inclusive documentos curriculares, não envolvem ou ao menos não registram, as ações paralelas que sindicatos e movimentos organizados realizam em prol de melhorias em diversos setores que trabalham, setores estes elementares em um e outro espaço de metas e avaliações para um melhor sistema de educação.

O apagamento destes atores sociais e como seria possível alcançar o que rege as diretrizes a eles atribuídas, aborda uma divisão de interesses de identidades simultâneas, visto que sem um planejamento que contemple suas outras necessidades, fundamentais para o bom desempenho de suas funções, o objetivo de desenvolvimento do país através da educação restringe-se nos aparelhos ideológicos do estado e suas relações de poder.

Nos excertos seguintes, alguns dos atores sociais envolvidos diretamente no funcionamento do sistema em geral, enquanto corpo discente e profissionais da educação, correspondem a democratização através da escolha por eleições de seus representantes:

VII - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

Ainda que este princípio normativo seja um passo adiante nas gestões formadas por pessoas indicadas de maneira indireta por representantes legais, no âmbito municipal, não é raro representantes ligados a partidos de situação influenciarem de maneira determinante para essa conhecida prática que, reforça uma lacuna que impede um crescimento contínuo para a qualidade e o aperfeiçoamento a longo prazo.

Entende-se aqui que essas formações seriam ofertadas em vista a contemplar a seguinte diretriz:

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

Existe uma grande carência quanto a formação e aperfeiçoamento de profissionais lotados em escolas de comunidades ribeirinhas e tradicionais, visto que grande parte das secretarias de educação dos municípios de pequeno porte da região atendem basicamente a divisão da área urbana e rural, devido o quadro limitado de técnicos e demais recursos materiais de diversas ordens. A partir deste exemplo, reiteramos o processo de simbolização da unidade, pertencente a Unificação, em que:

É muito comum não apenas no caso de organizações sociais de grande porte, tais como modernos estados – nação, mas também no caso de pequenas organizações e grupos sociais que são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, através da qual uma identidade coletiva é criada e continuamente afirmada. (Thompson, 2011, p. 86).

No entanto, políticas que assegurem o bem estar do professor como um protagonista indispensável neste panorama, o qual não reflete a realidade adocida dos profissionais do magistério para não decompor a identidade aqui reproduzida de seu papel de “detentor do saber”, responsável pela promoção da democracia e em favor da integridade e da ordem

4.2 EXCERTOS SOBRE CURRÍCULO

Neste excerto, analisamos a conceituação do Currículo e seu protagonismo na BNCC, pois é através da estrutura curricular que planejamentos e ações conjuntas direcionam e designam as propostas a serem realizadas no sistema de ensino. Nestes trechos de documentos oficiais que tratam do Currículo, a Narrativização em torno de uma relação mais interativa entre as ações didático pedagógicas traçadas na escola com as áreas socioculturais que ela abrange, parece corresponder a Naturalização do discurso que valoriza a identidade social e cultural nas orientações instituídas por lei.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que estabelece as diretrizes da educação no país, em seu Art.26., determina que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Essa base legal fornece a tessitura tanto para a BNCC nacional como a BNCC do estado do Pará em um aspecto acentuado de identidade e cultura atrelado a determinados grupos sociais

e históricos, com uma abertura para que as populações de comunidades tradicionais de determinadas regiões, não somente os grupos étnicos destacados nos parágrafos abaixo:

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Aqui percebemos que a Eternalização acontece ao ratificar a versão de que a população brasileira foi constituída por três “etnias” (indígena, africana e europeia), ao apagar um contexto de discriminalização, massacre, subjugação por efeitos de poder através de sistemas políticos e sociais ao longo dos séculos. Para a

Para ADC, o objetivo de colaborar para a transformação social ao detectar e explicitar as ideologias presentes nos discursos, os quais favorecem relações de dominação se concretiza na tentativa de questionar estes mecanismos.

Desta forma, afirmamos mais uma vez que o movimento pós colonialista, em definições que já foram abordadas anteriormente e mesmo a perspectiva crítica sobre identidades sociais e culturais, devem pontuar os debates sobre políticas educacionais nestas áreas, de maneira que o currículo possa ser construído tanto pela diversidade geocultural, com suas características regionais influenciadas por aspectos geográficos, históricos e culturais como pelas lutas de pertencimento e preservação de grupos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma tentativa de conciliar a experiência pessoal no âmbito escolar com a metodologia da ADTO (FAIRCLOUGH, 2001) a pesquisa se desenvolveu em diversas formas de discurso através do texto e da prática social, aonde cada tema levantado se inter cruzava com as teorias e os insights das primeiras ideias. A reflexão sobre a minha própria identidade enquanto professora, descendente de ribeirinha e andarilha de comunidades de terra firme e várzea destes chãos amazônidas, também iam a encontro daquelas identidades nem sempre definidas ou descritas em suas mais amplas e complexas propriedades, seja porque foram extintas ou substituídas por costumes e tradições posteriores.

Ao longo da escrita, os fundamentos teóricos firmados na ADC (Fairclough, 2001, 2003) junto a contribuições de Thompson (2011), as ramificações metodológicas (Magalhães, Martins e Resende, 2017) e Van Dijk (2023) encontraram afinidades com temáticas sobre decolonialidade (Quijano, 2005, Mignolo, 2017) e Currículo (Landoufo, 2022, MACEDO 2012, 2014), as quais foram escolhidas para relacionar o discurso as práticas sociais de acordo com a proposta que apresentamos.

Para situar como grupos e atores sociais se posicionam de maneira ideológica no texto e no discurso, em termos da ADC, no capítulo três, nos voltamos para excertos selecionados de documentos institucionais da esfera governamental, e posteriormente de páginas virtuais de organizações não governamentais, com reflexos no documento principal de análise que é a BNCC e BNCC estado do Pará. A estrutura do documento curricular paraense apresenta modificações de pouca interferência sobre a execução do planejamento, sobretudo nos itens “Valores sociais” e “Cultura e identidade”, nos quais estão agrupados assuntos de caráter identitário e por isso, complexos a ser trabalhados no âmbito escolar e também fora dele.

A imersão nos conceitos da ADC aplicados a interpretação e análise dos textos ao que tange a mudança/transformação social, por vezes pareceu uma prática longínqua deste objetivo, sob um olhar mais local ou em ambientes em que o discurso político tende a moldar identidades cada vez mais polarizadas nestes preceitos. Assim, ressalto a seguir algumas considerações sobre identidade, currículo e ideologia, alinhados a concepção da ADC, as quais pretendo organizar após avaliação e contribuições desta pesquisa:

1. Fortalecer as bases teóricas quanto ao método de pesquisa, direcionadas ao campo em que as temáticas possam ser encontradas e definidas, as quais identifico a pesquisa Etno discursiva (Magalhães, 2022) como mais adequada;

2. Pesquisar e desenvolver modificações curriculares na BNCC estado do Pará em uma perspectiva decolonial, quanto a adequações locais e de interesse sociocultural das comunidades ou o entorno escolar em que se encontram realidades específicas;

3. Planejar encontros em que a abertura ao discurso sobre identidade envolva reflexões sobre o posicionamento social e político não somente no espaço de sala de aula, mas também nas esferas docentes e demais atores sociais da esfera escolar;

4. Desenvolver uma agenda de atividades nas quais as pautas sobre o currículo decolonial pode ser um importante instrumento de articulação entre os documentos legais da escola e a execução de planejamentos didático pedagógicos;

Assim, ressaltamos ainda a necessidade de organizar metodologias reflexivas em que dialoguem com os saberes acadêmicos e os saberes dos (as) atores sociais, sem que os pressupostos do arcabouço teórico tenham mais destaque do que os trazidos pela escuta e as impressões autênticas dos ambientes em que eles/elas estão inseridos. Essa seria uma estratégia para que a hegemonia das identidades globais seja desconstruída para dar lugar ao resgate e o (re)conhecimento das identidades que fazem parte da história dos grupos sociais, em diversos espaços.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. Advocacy Coalition Framework e mecanismos causais: explicação de processos de mudança política e institucional. In: 44 Encontro Anual da ANPOCS, 2020, online. Simpósio de Pesquisa da Pós-Graduação, 2020.

BARBARA, L.; MACÊDO, C. M. M. de. Linguística sistêmico-funcional para a análise de discurso um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 89–107, 2010. DOI. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v10i1.9278>. Acesso em: 20 dez 2023.

BLOMMAERT, J., & Varis, P. (2011). **Enough is enough**: The heuristics of authenticity in superdiversity. (Tilburg Papers in Culture Studies; No. 2).

BLOMMAERT, J., Chronotopes, Scales, and Complexity in the Study of Language in Society (October 2015). *Annual Review of Anthropology*, Vol. 44, pp. 105-116, 2015, Available. <https://ssrn.com/abstract=2679273> or <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-anthro-102214-014035>

BRASIL. **Parecer CNE/CP9/2001** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAPELLA, A. C. N., & BRASIL, F. G. (2015). **Subsistemas, comunidades e redes: articulando ideias e interesses na formulação de políticas públicas**. *Revista Do Serviço Público*, 66(3), 449 - 474. <https://doi.org/10.21874/rsp.v66i3.1223>

DUBET, François. **Mutações cruzadas: a cidadania e a escola**. Universidade Victor Segalen - Bordeaux II École des Hautes Études en Sciences Sociales Tradução de Ione Ribeiro Valle Revisão Técnica de Anne-Marie Milon Oliveira Rev. Bras. Educ. 16 (47) • Ago 2011 • <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200002>

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. 2. ed. Traduzido por Iran Ferreira de Melo. Londres: Wodak e Meyer, 2005. p. 121-138. _____. The dialectics of discourse. **Textus**, v. 14, n. 2, p. 231-242, 2001. Traduzido por Raquel Goulart Barreto.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 1.ed (TRADUÇÃO: IZABEL MAGALHÃES)

FERREIRA, Dina Maria Martins; MACHADO, Lucineudo Irineu. **Colonialidade do Saber**.

In: LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (orgs.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 67-76.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Aspectos da população do Pará**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-para.htm>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

GIDDENS, A., SUTTON P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Tradução Adelaide La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003

HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar** . 3.ed. London: Eduard Arnoud. Oxford University Press Inc.2004

LANDULFO, Cristiane. Currículo e Decolonialidade. In: LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (orgs.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 95-102.

MACEDO, Elizabeth. **Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino**. Cadernos de pesquisa, v. 42, n. 187, p. 716-737, set./dez. 2012.

MACEDO, Elizabeth. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, vol. 12, núm. 3, outubro de 2014, pp. 1530-1555. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004.

MAGALHÃES, I. et al. **Language, literacy, and health: discourse in Brazil's national health system**. Lanham, MD: Lexington Books, 2022

Magalhães, I. (2010). Linguagem e identidade em contextos institucionais. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, 2(1), 42. <https://doi.org/10.26512/les.v2i1.2950>

_____; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017. 260p.

MARTINS, LM.; DUARTE, N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Available from SciELO Books.

MIGNOLO, Walter. 2017. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), pp. 12-32.

MUYLAERT, Naira; SEQUEIRA, Deisilucy de Aragão F.; LAGE, Alda Siqueira e SOUZA, Tatiane Rodrigues. **BNCC: Coalizões em Disputa na Formulação da Política Curricular Nacional**. *e-Curriculum* [online]. 2023, vol.21, e51258. Epub 30-Jun-2023. ISSN 18093876. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e51258>.

PARÁ. **Documento Curricular do Estado do Pará: educação infantil e ensino fundamental**. 2. ed. Belém: Secretaria de Estado de Educação do Pará, 2019.

SANTOS, E. S. ; SANTANA, Ygor Santos de. Colonialidade do Poder. In: Doris Cristina Vicente da Silva Matos; Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa. (Org.).

Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. 1ed.Campinas: Pontes Editores, 2022, v., p. 59.

SILVA, Edna Cristina Muniz. Gêneros na teoria sistêmico – funcional. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Mar.2018, Volume 34 Nº 1 Páginas 305 – 330.

LANDULFO, Cristiane Maria C. L.; MATOS, Doris Cristina V. S. (org.). **Suleando conceitos e linguagens:**

MA, Janaina Ferreira. **Coalizões e aprendizado na dinâmica institucional das políticas públicas: uma análise da política de avaliação da educação superior no Brasil de 2003 a 2015**. 2022. 206 f., il. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RESENDE, Viviane de Melo. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. 202p. ISBN - 978-852170-184-2.

SABATIER, P.A. & WEIBLE, Christopher. (2007). **The Advocacy Coalition: Innovations and Clarifications**. *Theories of the Policy Process*. 189-220.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In. A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino – americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005
Resende, Viviane de Melo. (Org.)

VAN DIJK, Teun. Ideologias e Discursos da Direita Radical. Centre of Discourse Studies, Barcelona. Palestra UnB – Novembro de 2023.

VAN DIJK Teun. Análise do Discurso da Direita Radical. Curso em ADC. Novembro de 2023.

Sites Consultados: <https://www.voxespana.es/espana/que-es-vox>. Acesso

em: 20 fev 2024.

<https://www.itausocial.org.br/editais/edital-fundos-da-infancia-e-da-adolescencia-2023/>. Acesso em 21 fev 2024.

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/EducacaoJaMunicipios-Versao-para-Debate-Out2020-2.pdf>. Acesso em: 25 fev 2024.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/ministro-da-educacao-e-recebido-em-conferencia-com-gritos-de-fora-lemann/>. Acesso em: 10 mar 2024.

<https://fundacaoemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade>. Acesso em: 10 mar 2024.

<https://alana.org.br/instituto-alana/#site-content>. Acesso em: 11 de mar 2024.

ANEXOS

Projeto Bajara thru

Apresentação: O projeto “Bajara thru” é uma alusão ao termo “Drive thru”, que significa em Inglês “através do carro.” É uma espécie de serviço de vendas que tem a retirada no local sem o cliente sair do veículo e que se popularizou neste período de pandemia. Setores como saúde e educação aderiram ao modelo de atendimento drive thru em razão da pandemia, para evitar contatos mais próximos e fazer a entrega de materiais e realizar atendimentos. Assim, entende-se que ele foi incorporado as novas alternativas de manter as atividades que foram inicialmente paralisadas.

Como inicialmente se trata de uma proposta educacional aplicada na área interiorana, baseada na BNCC (Base Nacional Curricular Comum) especificamente na região de várzea do município de Alenquer – Pará (comunidade Surubiu – Açu) e região de rios de Santarém Pará (comunidades Campos do Urucurituba e São Ciriaco do Urucurituba), as adaptações são voltadas para atividades que favoreçam o contexto sociocultural das comunidades, alinhadas ao plano curricular das escolas.

Sendo assim, surgiu a necessidade elaborar um planejamento que atendesse toda essa diversa e complexa realidade, visto que é preciso que seja cumprido o direito dos alunos da região de várzea em que se cumpra alguns direitos de acordo com as possibilidades dos órgãos responsáveis.

Justificativa

Estamos vivenciando novas e recentes experiências que modificaram profundamente toda forma de organização da sociedade, o que influencia de maneira direta em novas estratégias de ensino. A internet passou a ser a principal mediadora do processo de aprendizagem, pois através dela o acesso a redes sociais e aplicativos tornou possível um ensino híbrido, com cumprimento de carga horária e professores assumindo novos papéis, entre tantos, os de mediadores virtuais do conhecimento.

Por outro lado, vimos também a desigualdade no ingresso a essas novas metodologias, visto que o aluno de escola pública, de baixa renda, por vezes não dispõe de condições para obter

um celular, um computador e mesmo acessar a internet para interagir nessa nova modalidade. O problema se estende a regiões interioranas aonde não é possível o sinal de internet. Com isso, a segregação do direito a educação as crianças e adolescentes em áreas geoculturais é uma realidade que precisa ser trabalhada com mais atenção.

Outro ponto que diferencia o planejamento didático é que as escolas das regiões ribeirinhas têm um período especial para o ano letivo devido a enchente dos rios durante os meses de julho a abril, fato este que está em processo de modificação para o ensino regular, nos meses de fevereiro a dezembro.

Ainda que seja em um número reduzido, que não atenda a questões burocráticas e administrativas, levando ainda em consideração que o fator geográfico torna o acesso ainda mais difícil entre uma comunidade e outra, é imprescindível que haja um planejamento que atenda a esses alunos das comunidades que formam a região de várzea.

Objetivo geral

- Desenvolver metodologias através de didáticas que contemplem a BNCC bem como documentos pedagógicos que atendam as distintas realidades nas quais os alunos da rede municipal da região de rios estão inseridos.

Objetivos específicos:

- Elaborar planejamentos didáticos de acordo com os parâmetros da BNCC nas comunidades interioranas tendo em foco a valorização do espaço sociocultural;

- Contribuir para a organização de documentos pedagógicos oficiais das escolas assessoradas a partir do entorno sociocultural e seu engajamento aos requisitos elencados pela BNCC;

- Mobilizar a escola e a comunidade para reconhecimento e valorização de identidades sociais e culturais a partir de saberes, crenças e costumes vivenciados por diferentes gerações.

Metodologia

Trata-se de uma metodologia interdisciplinar, voltado para as diretrizes da BNCC aonde o currículo baseia-se nas adequações destas orientações de acordo com a realidade local, em destaque para comunidades interioranas da Amazônia, pertencentes a Alenquer e Santarém.

No caso do projeto “Bajara thru”, a metodologia está voltada desde a aplicação de atividades didáticas das modalidades de ensino do Ensino Infantil, Fundamental de primeiro ao quinto ano e fundamental de sexto ao nono ano, a todas as formas organizacionais que envolvam o papel político e social da escola.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento oficial do Ministério da Educação que rege os demais documentos de todas as escolas, seja ela pública ou particular. Através dele, são elaborados desde os planos de aula até os norteadores da gestão que a escola pretende aplicar em seu espaço de abrangência. Em termos mais claros, a BNCC “integra uma política de Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.” (BNCC, p.8)

Sendo assim, as metodologias são específicas ao mesmo tempo que intercaladas em um plano de ação que visa alcançar metas e objetivos determinados em um cronograma estipulado de forma democrática, com os atores participativos da escola e seu entorno. Neste plano devem ser elaboradas atividades flexíveis, para que sejam avaliados os resultados em um prazo bimestral e semestral passíveis de modificações ao longo da execução do plano anual dos componentes curriculares.

Os planejamentos didáticos e os recursos lúdicos e pedagógicos a serem utilizados nas aulas, devem priorizar materiais encontrados nas comunidades (sendo de origem mineral, vegetal ou favoráveis a reciclagem) e inspirados nas atividades sociais, culturais, econômicas características do espaço em que o aluno interage, com foco na inclusão de toda diversidade que ele oferece.

A contextualização do aprendizado proposto pelas diretrizes da BNCC, junto ao local em que ele acontece, permite a produção e o desenvolvimento de um planejamento característico, adequado e identitário de um determinado lugar. É através desses registros e descobertas que vão se aprimorando o que a BNCC coloca como “inventariar e avaliar toda

essa experiência pode contribuir para aprender com acertos e erros e incorporar práticas que propiciaram bons resultados.” (BNCC. P.18).

Como foi colocado, a experiência do projeto acontece nas regiões interioranas, inicialmente nas regiões ribeirinhas e pode ser adaptada para área rural ou urbana, a lugares com características diversas, não apenas as das realidades apresentadas. Isso é possível porque o projeto trabalha “eixos”, ou seja, elementos que fazem parte da inserção sociocultural do aluno e podem ser transversais. Os eixos são trabalhados em níveis e agregados a campos de experiências, competências e habilidades e de acordo com o que sugere a BNCC.

Planejamento.

As etapas do projeto são constituídas da seguinte forma:

Primeira etapa - Leitura e embasamento teórico em autores da área de Pedagogia e Letras, que abrangem o desenvolvimento e a aquisição da linguagem para em seguida associá-las a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Essa primeira etapa é importante para observação do processo de interação entre a teoria e a prática, levando –se em conta que a BNCC norteia os métodos desenvolvidos que são aprimorados no dia a dia da vivência em sala de aula e ao entorno dela. Ainda nesta primeira etapa, pode se alinhar os documentos oficiais (plano de aula, plano de curso, projeto político pedagógico, avaliações entre outros) a essas experiências que serão construídas passo a passo ao decorrer do período letivo, com vista a produtividade e o aprimoramento das propostas.

Segunda etapa – A segunda fase é um detalhamento de como as estratégias criadas para a execução das atividades irão acontecer. Como são âmbitos com características peculiares (elaboração de documentos oficiais, práticas pedagógicas, monitoramento e avaliação das atividades junto aos docentes, gerenciamento das ações junto aos colaboradores do processo de ensino aprendizagem) é preciso dividi – los de forma distinta.

- **Elaboração de documentos oficiais:** A elaboração desses documentos devem incluir projetos interdisciplinares, o projeto político pedagógico, experiências de professores das respectivas disciplinas com as temáticas propostas pela BNCC, em suas dimensões artísticas, culturais e científicas, inovando nos focos de pesquisa para a realização dos eventos a partir do entorno sociocultural e demais esferas.

Em seu tópico que aborda o currículo, a BNCC ressalta que “...são essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC a realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.” (BNCC, P.16).

Observa - se que, ao se tratar de uma referência nacional básica que dialoga com as diversidades regionais, nacionais e as que ultrapassam as fronteiras através das mídias e tecnologias digitais, a BNCC pode incitar debates de um determinado assunto partindo de fatos cotidianos da comunidade ou em sala de aula, expandindo – o para uma escala maior.

Um exemplo seria a escolha do tópico: “as tradições socioculturais.” Aqui seria possível trabalhar a riqueza histórica, artística, geográfica, a língua, comportamentos e a miscigenação ocorrida ao longo do tempo de acordo com a delimitação dada ao tópico. Ele serviria de referência tanto a uma comunidade ribeirinha da Amazônia até comunidades tradicionais, a influência de migrantes, emigrantes e imigrantes de grandes cidades. É importante atentar que, esse tipo de atividade requer não somente a culminância em uma data específica, nas quais é destacada a dança, iguarias, desfiles e competições. A inserção desse tipo de tema direciona para debates e discussões dentro e fora do ambiente escolar, sobre as relações sociais e suas nuances em dada situação (discriminação, desigualdade social, intolerância religiosa dos grupos sociais e culturais). Dá abertura ainda para pesquisas com coletas de dados estatísticos e aplicação interdisciplinar tendo em vista um assunto de conhecimento da comunidade que essas pesquisas venham a contribuir para uma relação de maior respeito e tolerância.

- **As práticas pedagógicas:** O fazer pedagógico inclui, de acordo com a BNCC, a criação e disponibilização de materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino aprendizagem.

O trabalho junto aos campos de experiências, competências, habilidades, objetivos, meios lúdicos e didáticos descritos na BNCC, oportunizam a aplicação de metodologias que inclui o saber vigente ou que deva ser resgatado no entorno escolar. A divisão em eixos – temas bases - para que esse conhecimento seja inserido no currículo é uma etapa importante, pois os eixos permitem explorar de

forma sistemática e interdisciplinar um tema, que pode se estender desde o ensino infantil ao ensino médio.

Um exemplo de eixo temático é a agricultura no contexto das comunidades do interior. Como se trata de uma prática de caráter cultural e econômico, esse eixo é trabalhado no ensino infantil de maneira lúdica dentro dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimentos que devem ser assegurados. Seria um estímulo para que as crianças construam identificações de seu espaço geográfico através de uma atividade que seus pais e pessoas da comunidade praticam.

Já no ensino fundamental de primeiro ao quinto ano, o eixo agricultura se expande para as determinadas disciplinas do currículo, permitindo que o conhecimento transite com maior complexidade. Esse processo se amplia no ensino fundamental de sexto ao nono ano, aonde os assuntos são abordados com mais criatividade, lógica e contexto crítico, além do uso de tecnologias que podem ser utilizadas nas aulas.

Dessa forma, os demais parâmetros que compõem a BNCC vão sendo traçados no ambiente escolar em uma sincronia referente desde a formação de professores, avaliação, elaboração de conteúdos educacionais e com as necessidades a serem pautadas pelos atores responsáveis. Assim, espera-se contribuir para que novas políticas sejam alavancadas não só para o enriquecimento do currículo, mas também para a potencialização do desempenho acadêmico dos alunos e sua postura ética e crítica na sociedade.

ANEXO 2

Planos de aula interdisciplinares - BNCC**Atividades de Matemática – 7º e 8º ano**

Unidade temática: Números.

Objetos de conhecimento: O princípio multiplicativo da contagem.

Habilidades:

(EF08MA03) Resolver e elaborar problemas de contagem cuja resolução envolva aplicação do princípio multiplicativo;

(EF08MA06) Resolver e elaborar problemas que envolvam cálculo de valor numérico de expressões algébricas utilizando as propriedades das operações;

Problemas:

A- Seu José desmanchou uma roça de mandioca e fez 20 sacos de farinha. Pagou de frete no barco cinco reais cada saca e vendeu na feira do produtor de Alenquer R\$180,00.

- Qual o valor que seu José recebeu pelas sacas vendidas?

- Tirando a despesa do frete, quanto sobrou para seu José?

B – Seu Belarmino é um agricultor que mora na comunidade de Tanques, em Alenquer e sua produção de farinha esse mês foi de 45 sacas. Ele fretou uma caminhonete para buscar as sacas e levar até o porto, para embarcar no barco. O dono da caminhonete cobrou R\$8,00 o quilômetro, sendo que, da comunidade até o porto são aproximadamente 25 quilômetros. O atravessador pagou para seu Belarmino R\$120,00 a saca e dois carregadores pediram R\$3,00 para embarcarem cada saca.

Qual o valor cobrado pelo frete?

E o valor cobrado pelos carregadores?

Qual foi o lucro de seu Belarmino, descontando as despesas até o embarque?

C) Seu Antônio e seus compadres Juarez e Almir resolveram fazer a roça em sociedade e produziram juntos 120 sacas de farinha. Fretaram um caminhão a R\$ 200,00 para levarem até o armazém do seu Carioca, na cidade. O preço que o comerciante pagou foi R\$115,00 a saca para os produtores. Posteriormente seu carioca vendeu para o atravessador a R\$150,00 a saca. - Qual foi o lucro de cada um dos sócios, descontando o valor aproximado do frete em partes iguais?

- Qual foi o lucro do comerciante no repasse para o atravessador?

D) Nonato é um atravessador que trabalha no ramo da venda de farinha. Quando chega a safra, toda semana ele freta um caminhão e contrata três carregadores para ajudar no embarque e desembarque da produção nos ramais das colônias de Alenquer até o porto. O valor pago por saca ao produtor é R\$ 90,00. A diária dos carregadores é R\$50,00 cada um. A despesa com alimentação e frete fica em torno de R\$ 270,00. Semana passada Nonato comprou 132 sacas de farinha dos produtores da colônia. Nonato vende a saca ao comerciante de Manaus a R\$ 165,00.

Vamos calcular:

Qual o gasto de Nonato com as despesas de seu negócio? Qual o valor pago aos produtores rurais?

Qual o lucro por saca e o lucro geral das sacas da semana passada de seu Nonato?

Com o desconto das despesas, qual o restante para seu Nonato?

• **Atividades de Geo História**

Campos de experiência: EI03TS02.

Objetivo de aprendizagem: expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.

No texto seguinte, vamos conhecer um gênero textual que traz um pouco da nossa cultura da Amazônia: A lenda. Ela é uma narrativa oral ou escrita, vivenciada por pessoas de maneira visual. Elas são passadas através de gerações, contadas de pais para filhos e assim por diante. Toda lenda tem um mistério, que não é possível registrar, a não ser pela narrativa de quem a viveu. Então vamos conhecer melhor a história do:

O BOTO

O boto é um mamífero que vive nos rios da Amazônia, é um ser encantado. Muitos ribeirinhos dizem que o boto cor-de-rosa é malvado, já o de cor preta ajuda as pessoas, principalmente dentro dos rios, para não morrerem afogados. Os contos das pessoas que vivem às margens do rio é que o boto se transforma em um homem bonito. Isso ocorre, de preferência, nas noites enluaradas, passeando na vizinhança das casas ribeirinhas, em busca de romances, ou comparecendo às festa dançantes para exibir as suas qualidades de muito bom dançarino. Ele usa terno branco e chapéu na cabeça, que nas noites de festas ribeirinhas bebe cachaça, e encanta as mulheres, levando-as para o fundo do rio e engravidando-as, logo trazendo para a superfície. Os filhos das moças se tornam órfãos de pai, sem dúvida ele é responsável pela gravidez de muitas donzelas nas noites de festanças.

Vamos entender melhor o texto?

1- A lenda que que você leu é sobre:

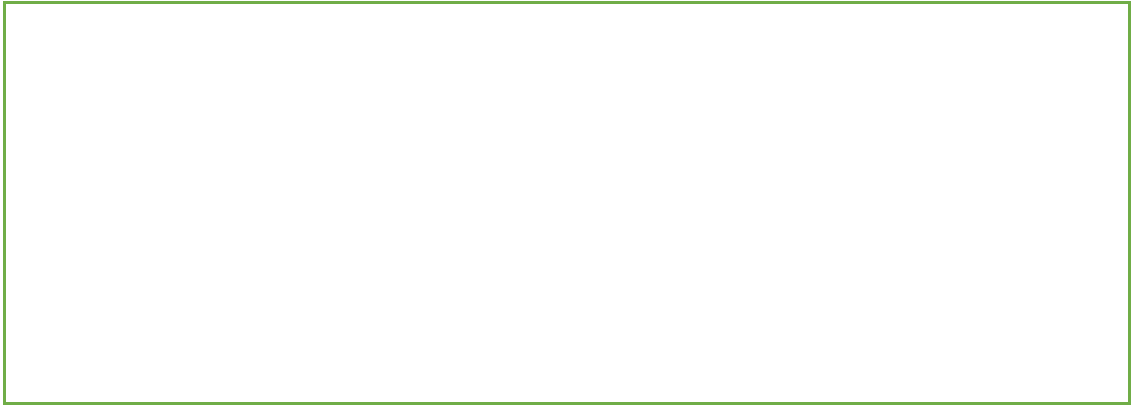
() Um animal místico das águas; () Um homem que se transforma em cavalo; () Honorato – a cobra grande; () A visagem do tucumanzeiro.

2- – Nesta narrativa, o autor fala sobre os botos bons e os botos malvados. Quais são eles?

___ 3 – Quando se transforma em um homem conquistador, como o boto se apresenta?

4- Você vê botos com frequência no igarapé? O que eles fazem, na verdade? Você acredita que ele se transforma em homem?

5 – Na vila balneária de Alter do Chão, em Santarém, existe o festival dos botos, uma disputa entre o boto rosa e o boto tucuxi. Imagine como é essa festa e desenhe abaixo:



Texto 3 – Joca, o jacaré do lago.

Na comunidade de Surubiu-açu, existe um morador bem conhecido, que mora no lago atrás de uma restinga enorme! O nome dele é Joca, o jacaré. Joca tem mais ou menos três metros de comprimento, uns vinte e poucos anos e é muito bacana com todos os animais do lago. Ele é compadre de mais ou menos doze capivaras, é amigo das garças e do gado que atravessa o lado para pastar no campo perto do Pixuna.

Os pescadores também cumprimentam Joca ao passar nos seus botes, porque sabem que ele cuida do lago, cavando nas margens e no fundo, para não secar. Assim, os amigos humanos de Joca tem a garantia do seu peixe fresquinho!

Ele diz que não quer casar, pois está muito bem, solteiro, em seu aconchegante lar cercado de natureza e tranquilidade. Por isso, Joca se sente feliz em sua vida no lago, porque os animais e as pessoas são sua família.

Vamos entender melhor o texto?

1 - Nomes próprios são aqueles que denominam, entre outras coisas, lugares, nomes de pessoas e determinados seres ou objetos. Leia o texto e cite os nomes próprios que você encontrar.

2 – Nomes comuns são os que denominam algo mais geral para objetos, lugares ou seres animados e inanimados: cachoeira, porco, carro, entre outros. Cite três deles no texto:

3 – Adjetivos são palavras que apontam características ou qualidades de um substantivo. Ex: o céu **azul**, menina **dos laços de fita**, cachorro **cor de caramelo**. Crie qualidades e características para estas palavras retiradas do texto, em uma frase:

Pixuna: _____

Lago: _____

Atividades de Geohistória

Unidades temáticas: o sujeito e seu lugar no mundo;

Objetos de conhecimento: território e diversidade cultural; processos migratórios no Brasil;

(EF04GE01) Selecionar em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro – brasileiras, de outras regiões do país, latino americanas, europeias, asiáticas, etc..)

1- O nosso lugar.



Cada um de nós pertence à um grupo sócio cultural e histórico. Nascemos em um lugar que nos identifica para qualquer outro lugar que formos. A comunidade de Surubiu-Açu, na qual moramos, pertence ao município de Alenquer – Pará.

Aqui nos organizamos enquanto moradores, fazemos parte de uma região de várzea que pertence ao interior do município. Somos agricultores, pecuaristas, pescadores, agente de

saúde, professores, alunos...representamos povos que fundaram a comunidade, entre eles afro descendentes e indígenas, dos quais herdamos o nome do nosso lugar: Surubiu – que foi adaptado de surubim, peixe mais comum na época - e Açu, que quer dizer na Língua indígena Tupi, “Grande.”

1.1 – Descreva em cada item abaixo o que temos em nossa comunidade:

Eventos na área sócio religiosa: _____

Eventos esportivos: _____

Período de aulas na escola (meses de duração): _____

Comunidades mais próximas: _____

Tempo de viagem para Alenquer: _____

Tempo de viagem para Santarém: _____

Quanto tempo dura a cheia: _____

Quanto tempo dura o inverno: _____

Comunidades ribeirinhas e região de rios.



Essas paisagens pertencem a comunidades da região dos rios Amazonas e Arapiuns, consideradas regiões ribeirinhas. Apesar de serem classificadas por estarem situadas as margens de rios e afluentes, existem diferenças entre elas. As comunidades localizadas as margens do rio Tapajós, do qual o rio Arapiuns é afluente, tem um reconhecido potencial turístico devido as praias e as florestas.

É nessa região que está localizada a conhecida praia de Alter do chão, considerada uma das mais bonitas do Brasil.



Nas imagens abaixo, temos a região das ilhas, aos arredores da capital do Estado, Belém. Esse território também é denominado como comunidades ribeirinhas.



Você deve ter percebido que a diversidade geográfica e histórica da Amazônia é imensa. Nosso povo é formado por **migrantes** – quando saem de seu estado para outro – e **imigrantes** – quando vem de outros países.

Na nossa comunidade, como vimos anteriormente, temos descendentes de africanos, que deixaram traços marcantes em algumas famílias que aqui moram. São pessoas hospitaleiras, alegres e de forte participação nas atividades realizadas, enriquecendo ainda mais a história do nosso lugar. Acredita-se também que indígenas e pessoas que vieram de outras localidades, ajudaram a formar a população que aqui mora, ainda que não haja registros formais.

Faça uma pesquisa entre os comunitários mais antigos sobre os seguintes quesitos referentes à nossa comunidade:

Quais foram os primeiros moradores?

Quem trouxe a tradição das festas e o padroeiro para a comunidade?

Qual(s) a(s) família(s) mais numerosa (s)?

Qual a atividade artesanal mais conhecida da comunidade?

A influência dos migrantes e imigrantes nas principais cidades da região.

Os migrantes são aqueles que **migram** – ou seja – se movimentam em seu próprio país. Já os **Imigrantes** são os que vem de seu país para outro.

A movimentação de migrantes que mais ocorreu em nossas cidades foi a de **nordestinos**, ocasionada pelas grandes secas que a região Nordeste enfrentou ao longo de sua história. A mais conhecida foi entre os anos de 1877–1879, foi a mais devastadora, ocorrida no período imperial brasileiro. Outra onda mais recente de migração de nordestinos aconteceu no auge da exploração da borracha, na qual milhares deles estabeleceram cidades e comunidades ao longo de estradas e ramais da Amazônia.

Em Alenquer, as comunidades formadas ao longo das estradas estaduais e municipais tem forte influência nordestina, pois esses migrantes se estabeleceram na cidade a partir das décadas de 1940 a 1960. Alguns deles vieram com a promessa de ocupação da Amazônia e também da extração da borracha em seringais nativos.



Comunidades como Bolandeira, Tanques, Camburão e Mamiá contam com numerosos descendentes de migrantes nordestinos.

Alenquer ainda recebeu imigrantes de outros países: árabes (família Yared), italianos(famíliaValinotto), gregos(família Apostolos) japoneses(família Hosoda) entre outros.

Desta forma, a cidade traz em sua cultura uma riqueza de tradições e costumes que devem ser estudadas e exploradas por seus moradores e também descendentes.

Atividades

1- Marque V ou F:

- () Os migrantes que se destacam na história da colonização rural de Alenquer são da região Centro - oeste;
- () Imigrantes são os que se movimentam de uma região para outra do país;
- () Alenquer recebeu e recebe migrantes e imigrantes vindos do país e de outros países; () Bolandeira e Tanques são comunidades que tem entre seus moradores migrantes nordestinos;
- () Berdinazzi e kashima são sobrenomes de famílias imigrantes bastante conhecidas na cidade de Alenquer;
- () Existem colônias de imigrantes do Sul do Brasil na região ribeirinha de Alenquer, os quais praticam a pesca do camarão.

2 – Quais foram os principais acontecimentos que levaram os migrantes nordestinos a vir para região amazônica?

A imigração na região e no país.

Sabemos que a migração e imigração na região amazônica foi constante devido esta ser uma terra desafiadora, com características que dificultavam o acesso e a permanência de moradores, apesar de extensa para diversas atividades. Porém, com o acesso a instrumentos e tecnologias que abrangem largas escalas, a região tornou-se uma das principais rotas de migração do país.

Os nordestinos continuam sendo os que mais se fixam na região Norte, contudo, devido a expansão da soja, da pecuária e agricultura em geral, ocorreu a migração de habitantes da região Centro - Oeste, Sul e Sudeste para os estados nortistas.

Observe o mapa do Brasil. Pinte os estados do Nordeste de verde, de amarelo os da região Norte, do Centro – Oeste de azul, o Sul de lilás e o sudeste de vermelho.



1 - Qual a região com maior fluxo de migrantes? ()

Sudeste () Nordeste () Centro – Oeste () Norte

2– Quais os estados que compõe a região Sudeste?

3 – Quais estados fazem divisa com o estado do Pará?

4 – Gentílicos são adjetivos dados para habitantes de lugares e regiões de todo mundo. Alguns deles são denominações criadas a partir de algum fato cultural que posteriormente fez parte da identidade dos moradores desses lugares. Relacione as colunas de acordo com gentílicos conhecidos de cidades da região e do Brasil:

- | | |
|----------------|--------------------|
| 1 – Mocorongo | () Óbidos |
| 2 – Ximango | () Rio de Janeiro |
| 3 – Chupa osso | () Santarém |
| 4 – Pinta cuia | () Alenquer |
| 5 – Carioca | () Monte Alegre |

Plano de aula disciplina Língua Portuguesa

Escola Municipal de Ensino Fundamental José Farias, comunidade Bolandeira, Alenquer Pará.

Período letivo 2009.

Turmas: 3º e 4º etapa

Turno: Noturno

O texto foi retirado da página da empresa Honda e foi escolhido porque a moto é o meio de transporte mais comum dos moradores e alunos da região de “terra firme.” Como eu também ministrava aulas de Língua Inglesa, utilizava os textos de instrução de uso de peças de motos, disponíveis em lojas especializadas da cidade.

1 - Leitura e interpretação textual.

1.1 – O texto a seguir tem características informativas e técnicas, retiradas do manual de dois modelos de moto muito utilizado em nossa região. Algumas

palavras não são comuns ao nosso vocabulário, mas certamente você saberá identificar as principais informações que ele contém em sua estrutura. Leia com atenção:

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE A Moto Honda da Amazônia Ltda., sempre empenhada em melhorar o futuro do nosso planeta, gostaria de compartilhar este compromisso com seus clientes. Visando a um melhor relacionamento entre sua motocicleta e o meio ambiente, observe os seguintes pontos: A manutenção preventiva, além de preservar e valorizar o produto, traz grandes benefícios ao meio ambiente. O óleo do motor deve ser trocado nos intervalos especificados neste manual. O óleo usado deve ser encaminhado para postos de troca ou concessionária Honda mais próxima. Produtos perigosos não devem ser jogados em esgoto comum. Pneus usados devem ser levados a uma concessionária Honda para reciclagem, em atendimento à Resolução CONAMA no 258, de 26/08/99. Nunca devem ser queimados, guardados ou enterrados em áreas descobertas. Fios, cabos elétricos e cabos de aço usados, quando substituídos, não devem ser reutilizados, representando um perigo em potencial para o motociclista. Eles devem ser encaminhados para reciclagem nas concessionárias Honda. Os fluidos de freio e de embreagem, baterias e a solução da bateria devem ser manuseados com bastante cuidado. Eles apresentam características que podem danificar a pintura da motocicleta, causar danos à saúde humana, além de representar sério risco de contaminação do solo e da água, quando descartados sem destinação adequada. Manuseie-os com muito cuidado e descarte com responsabilidade. Na troca da bateria, além dos cuidados com sua solução ácida, deve-se encaminhar a peça substituída às concessionárias Honda para destinação adequada, em atendimento à Resolução CONAMA no 401, de 04/11/2008. Peças plásticas e metálicas substituídas devem ser entregues a uma concessionária Honda para reciclagem, evitando o acúmulo de lixo nas grandes cidades. Modificações, como substituição do escapamento e regulagens do sistema de alimentação, diferentes das especificadas para o modelo, ou qualquer outra que vise alterar o desempenho do motor, devem ser evitadas. Além de infringir o Novo Código Nacional de Trânsito, elas contribuem para o aumento da poluição do ar e sonora.

Esperamos que esses conselhos sejam úteis e possam ser utilizados em benefício de todos.

1.1 – O texto trata sobre:

- A preocupação da empresa com o meio ambiente ao trazer informações sobre a vida útil da moto e normas de transporte de pessoas e cargas;
- Informações de uso, descarte e reciclagem de materiais de diversas origens que compõem a motocicleta;
- As orientações contidas no texto se resumem a melhor convivência do homem com a natureza, pois destaca a evitar a poluição em diversas esferas;
- A empresa “ Moto Honda do Amazonas” em atendimento à Resolução CONAMA no 258, de 26/08/99, recebe pneus usados para reciclagem.

1.2 – Marque a alternativa CORRETA:

- “Os fluidos de freio e de embreagem, baterias e a solução da bateria devem ser manuseados com bastante cuidado” porque são letais para a vida aquática e a flora às margens dos rios;
- Peças plásticas e metálicas substituídas devem ser entregues a uma concessionária Honda para reciclagem ou cooperativas de materiais para seu melhor reaproveitamento;
- Modificações, como substituição do escapamento, além de infringir o Novo Código Nacional de Trânsito, elas contribuem para o aumento da poluição do ar e sonora;
- As instruções contidas no texto visam facilitar a distribuição de resíduos em locais como lixões, oficinas e ferro velhos.

1.3 - Em sua introdução, o texto apresenta a “preocupação” da empresa no tema meio ambiente: “...sempre empenhada em melhorar o futuro do nosso planeta, gostaria de compartilhar este compromisso com seus clientes. Visando a um melhor relacionamento entre sua motocicleta e o meio ambiente, observe os seguintes pontos: A manutenção preventiva, além de preservar e valorizar o produto, traz grandes benefícios ao meio ambiente.” Quais expressões “reforçam” essa preocupação?

Marque a alternativa correta:

- Motocicleta, manutenção, clientes;
- Relacionamento, preservação, produtos;
- Benefícios, visar, empenhada;

(X) Valorizar, compartilhar, melhorar.

2- Este é um cartaz publicitário que trata de dois meios de transportes comuns na região, além de outras informações. A partir da leitura dele, responda as questões abaixo:



A – Que tipo de embarcação é a rabeta? Aonde ela é utilizada?

A rabeta é uma peça com variadas potências de velocidade e geralmente é adaptada a pequenos cascos de madeira ou canoa. Ela é um meio de transporte comum em rios e igarapés da região amazônica.

B – O caiaque tem a mesma finalidade de transporte que a rabeta? Por que?

Não. O caiaque é um transporte de lazer de peso leve e feito com materiais industrializados, como a fibra de vidro, e seu caráter também é esportivo.

C – Como vimos, são três tipos de embarcações com aspectos diferentes. A canoa, por sua vez, tem também características que a diferenciam das outras, ela é mais tradicional em nossa região.

Com suas palavras, diga como ela é, para que serve e como deve ser conduzida.

Oriente o aluno a descrever a canoa.

D – A cidade aonde vai acontecer o evento fica aqui em nossa região ou estado?

Não. Fica no estado de Rondônia.

2- Vamos tratar um pouco de Língua escrita?

2.1 – A ortografia tem várias regras que devem ser seguidas. Ela trata daquela parte da Língua escrita em que devemos ter o cuidado de escrever corretamente. Observe as palavras abaixo, suas alternativas adequadas e em seguida escreva-as em ordem alfabética: **As palavras corretas estão no texto. Na verdade essa é uma pegadinha para que eles o leiam mais uma vez, então não diga logo, deixe eles perceberem!**

Quanto a ordem alfabética, não há segredos.

Vi...ando (s,z) - potencia...(l,u) – con...elho (s,c) - compromi...o (s,ss) - infrin...ir – (g,j) – solu...ão – (ss,ç) - valori...ar – (s, z) - benefi...io (c,ç) – con...e...ionárias (ss, c) - pró...ima
(s, x) - manuten...ão (s,ç) – ente...ados (r,rr) - u...ados (z,s) – re...olução (s,z).

2.2 – A pontuação também faz parte das regras da Língua escrita. Não devemos esquecer que, iniciamos frases com letras maiúsculas, usamos em nomes próprios e elas continuam maiúsculas depois de um ponto parágrafo e um ponto final. Observe essas regras e use-as neste trecho, reescrevendo – o. Ele precisa de sua atenção para ficar perfeito!

Aqui também só precisa seguir as orientações da questão.

“ a tardezinha, minha vó natalina pegava seu chapéu de palha, o remo e descia em direção ao porto de nossa casa. ela subia no bote para revistar a malhadeira no igapó e não levava a gente para não fazermos barulho. nem sempre vovó trazia a cuia cheia de peixe, mas, com os poucos, ela fazia um caldo com bastante cheiro verde e engrossava

com farinha, afinal éramos seis netos que ela criava. entre eles estava eu, robson, o mais velho. passamos a morar com ela desde que nossa mãe morrera.”

2.3 – Verbos são termos que indicam, de forma geral, ação, estado ou fenômeno da natureza.

De acordo com essas orientações, relacione as colunas:

(1) ação

(2) fenômeno da natureza

(3) estado

(2) banzeireou (1) remar (2) entardecerá (1) porfiar (3) falarei (3) tinha (1) benzido (3) seria .

2.4 – Você deve ter notado que alguns verbos da questão anterior são comuns em nossa região.

Construa, com os verbos abaixo, um parágrafo com tema livre.

Arribar – charlar – arredar - beber.

História

Unidade temática: tempo, espaço e formas de registro;

Objetos de conhecimento: a questão de tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias; forma de registro da história e da produção do conhecimento histórico;

Habilidades: (EF06HI01) Identificar as diferentes formas de compreensão da noção de tempo e periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).

(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e o povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

A organização do tempo a partir do calendário.

Uma forma prática de compreendermos a noção do tempo, é o calendário. Pesquisas indicam que o primeiro calendário surgiu na Mesopotâmia, por volta de 2.700 a.C. Hoje, utilizamos o calendário gregoriano, instituído em 1582 pelo papa Gregório XIII.

Os povos organizam o tempo histórico de acordo com suas crenças e costumes. O calendário judaico, por exemplo, foi organizado com base em uma história tradicional de seu povo e determina que as datas dos feriados e cerimônias religiosas.

O calendário mulçumano tem como referência o ano em que o seu líder religioso – Maomé – fugiu da Meca para Medina. Em contrapartida, os povos cristãos, entre eles o Brasil, tem como referência o nascimento de Cristo. Assim, usamos as abreviaturas: a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo).

Atividades: vamos organizar o nosso calendário?

Nessa atividade, você vai incluir como está dividido os eventos, datas comemorativas da comunidade de Surubiu – Açu e do município de Alenquer e do Brasil. Não esqueça do mês que inicia as aulas, ainda que remotas, das festividades dos padroeiros, qual mês começou a cheia e quando iniciou a vazante do ano de 2020.

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril

Maio	Junho	Julho	Agosto
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

As modificações das paisagens realizadas por diferentes tipos de sociedade.

Observe as figuras abaixo:



Essas cenas tornaram-se comuns em áreas urbanas com grande concentração de pessoas. O consumo de bens materiais se torna excendente, ou seja, muitas pessoas adquirem objetos, meios de transportes, descartam utensílios e embalagens em locais públicos e paisagens naturais.

Mas, por qual razão a sociedade tida como “urbana”, “civilizada” contribui visivelmente para a poluição do espaço natural?

Várias seriam as respostas: falta de saneamento e responsabilidade individual e coletiva com os resíduos descartados, excesso de atividades da indústria, do uso de transportes movidos a combustíveis, queimadas em locais urbanos e de grandes áreas das florestas. Todos esses fatores causam danos não só ao meio ambiente, mas ao próprio ser humano que vive nesses centros urbanos. Os costumes e comportamentos promovem a aquisição de doenças causadas pela poluição do ar e outras que tem suas procedências no consumo de alimentos processados artificialmente.



Os hábitos adquiridos ao longo dos anos causam vários problemas não somente a saúde física, mas também mental. Por causa da falta de lugares ao ar livre, as pessoas não fazem exercícios físicos em espaços livres de poluição e não praticam esportes em contato com a natureza. É raro as que leem bons livros, praticam meditações para manter a mente equilibrada, tenham uma visão de mudança positiva diante das atuais situações que afetam as emoções e os sentimentos de cada um.



Nos últimos meses, a disseminação do corona vírus e suas consequências tem influenciado visivelmente no cotidiano das pessoas. São perdas de ente queridos, novos comportamentos, isolamento e o trabalho passou a ser em casa, conhecido como “home office.” Os índices de adoecimento por estresse, ansiedade, depressão e diversos transtornos mentais aumentaram, e, nos levou a refletir como devemos nos cuidar e também ao outro. Embora não tenhamos uma cura definitiva, esses cuidados se tornaram essenciais para que continuemos saudáveis.

A sociedade dos povos indígenas e africanos.

Mas, se existem sociedades aonde as demandas exigem padrões de cultura, de desenvolvimento tecnológico, a valorização do conhecimento científico e acadêmico existem também aquelas que se organizam a partir de alterações sutis no ambiente, com o respeito ao ecossistema em que vivem.

Podemos dizer que os povos indígenas e algumas comunidades africanas usam basicamente os recursos naturais de forma sustentável, enquanto que outras sociedades, desde as

civilizações da antiguidade clássica, medieval, moderna e contemporânea, gastam progressivamente os recursos e destroem as florestas.



Um novo estudo científico comprova a importância das terras indígenas para a manutenção dos estoques de carbono, que ajudam a regular o clima e evitar que o aquecimento da Terra seja mais intenso. Como as sociedades indígenas interagem na floresta e consomem apenas o necessário para suprir as necessidades do grupo, não existe atividade extrativista de longa escala, ou seja, as que causam a devastação de áreas e rios.

Se por um lado as áreas conservadas são importantes para o equilíbrio do clima, as fontes mais frequentes e que mais contribuem para a emissão de gás carbônico – nocivo ao ser humano e ao meio ambiente – são as queimadas e a queima de combustíveis. Essas se tornaram atividades de grande escala para a expansão da pecuária comercial e de exportação e do uso de veículos movidos a combustível, extraído do solo.

No continente Africano, as sociedades africanas tradicionais (ou pré – coloniais) tinham em suas atividades econômicas uma das formas de sobrevivência, de acordo com o meio ambiente em que viviam, de suas necessidades materiais e espirituais, e de toda uma tradição anterior de várias técnicas e tipos de produção.

Havia muitos povos nômades, que precisavam se deslocar periodicamente, e haviam povos sedentários, que fundando seus territórios, chegaram a constituir grandes reinos, desenvolvendo atividades econômicas produtivas, tanto de bens de consumo como de bens de prestígio (em que se destacam várias de suas artes de cultura e metalurgia).

Atividades

1 - Assinale **apenas** as alternativas **corretas**:

() A sociedade urbana se caracteriza pelo uso constante da tecnologia, dos recursos naturais tanto na alimentação como em seus eventos culturais;

- () A poluição do meio ambiente parte do consumo excessivo de recursos vindos da natureza e também da falta de saneamento e descarte de materiais;
- () O cenário das grandes cidades mostra que a falta de planejamento leva ao acúmulo de lixo e resíduos em paisagens em torno de seu território;
- () Cuidar da saúde da mente é apenas ler e fazer uso de calmantes, para evitar a ansiedade e estresse;
- () A epidemia do corona vírus exigiu novas formas de interações com as pessoas e em diversas outras áreas da sociedade;
- () Com a descoberta da vacina contra os sintomas do corona vírus, as medidas protetivas usadas pela população tendem a ser suspensas, porque a doença vai ser exterminada.

2 – No seu ponto de vista, os grandes centros que você conhece são iguais aos que estudamos neste tópico? Aponte as semelhanças e diferenças.

3 – Quais foram as mudanças que aconteceram na comunidade após a manifestação do corona vírus?

4 – Vamos falar de alimentação. Complete com as palavras as frases que se referem a elas: **Fast food – comida processada – alimento orgânico – alimentação saudável – atividades físicas – boas leituras.**

A– Para mantermos a saúde é necessário que consumamos uma _____, pois eles são cultivados sem agrotóxicos e sementes modificadas.

B- _____ é um termo usado para “comida rápida” que geralmente é entregue na casa do cliente pelos restaurantes.

C– O ideal é praticar _____ ao ar livre, mas, devido a restrições e o espaço urbano não oferecer áreas naturais preservadas, o importante é praticá-las mesmo que em casa.

D– um bom exercício para a mente e para aprimorarmos nossos conhecimentos são _____.

E – Os alimentos industrializados tem em seus componentes corantes e essências artificiais, pois se trata de _____.

F – Uma _____ previne doenças e prolonga a vida de quem a consome.

- 5 – As sociedades que tem um contato mais próximo com seu meio ambiente comprovam que é possível manter o equilíbrio entre o que se retira e o que se preserva, sem causar danos ao ecossistema. Quais os dois exemplos de sociedade que você estudou? Na nossa comunidade temos mais aspectos naturais ou urbanos? Explique quais aspectos são iguais e quais são diferentes daqui e da cidade.

- 6 – Assinale V ou F:

() Determinados povos indígenas e africanos são exemplos de sustentabilidade e independência dos meios de consumo, visto que eles tem uma organização social voltada para o seu meio ambiente;

() Existe comprovação científica de que áreas de florestas preservadas emitem oxigênio que ajudam a melhorar a atmosfera do planeta;

() O carbono é um componente químico e tóxico produzido pela queima de materiais e combustíveis, altamente perigoso;

() O gás carbônico é aquele produzido pela natureza quando o excesso de árvores prejudica o solo.

() A sociedade africana de povos tradicionais tem suas manifestações culturais ligadas diretamente ao espaço natural em que os habitantes vivem;

() O carbono é um elemento natural, produzido por áreas de florestas, diferente daqueles que são produzidos pela indústria química.

7 – Você deve saber que, tanto as comunidades indígenas e africanas, nos dias atuais, já não estão longe das influências das sociedades urbanas. A luta pelo reconhecimento da cultura e o direito as terras são frequentes, e os espaços já não podem ser considerados isolados dessa realidade da globalização, aonde todos os habitantes do planeta são moradores de uma “aldeia global.” Qual seu posicionamento sobre isto? Deve – se manter áreas e sociedades preservadas ou todos devemos pertencer a um grupo social com os mesmos costumes e meios de comunicação? Explique:

Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “José Farias”

“Compromisso com a transformação sócio política e cultural das comunidades”

Projeto “trilhas”**Justificativa:**

O projeto ora apresentado é um instrumento importante para o processo de aquisição de leitura e escrita para os alunos, assim como demais habilidades a serem desenvolvidas através dele. O domínio da leitura é o primeiro passo para que se desenvolvam competências precisas para o aprendizado do aluno, pois a partir daí ele passa a interpretar com mais segurança atividades escritas e orais. Dessa forma, as atividades propostas no projeto e todo material fornecido, passa a ser um suporte não somente ao professor do 1º ano e seus alunos, mas também para todos os professores e alunos de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Objetivo geral:

Refletir sobre a organização da rotina a fim de assegurar diariamente um momento destinado á leitura;

Objetivos específicos:

- Estimular encontros alternados durante a semana para trabalhar o material didático do Projeto trilhas junto com os alunos;
- Adaptar o material fornecido com atividades voltadas para o nível de aprendizagem do aluno e seu conhecimento de espaço social e cultural;
- Produzir pequenos textos de diversos gêneros a partir dos jogos lúdicos contidos no material.

Cronograma diário:

Discussão do conceito de rotina - 20 min.

Análise da rotina atual da escola – 20 min.

Reflexão sobre outros modelos da rotina escolar – 20 min.

Planejamento da rotina escolar – 40 min.

Avaliação – 20 min.

Desenvolvimento do encontro:

Organização do grupo:

- Aplicar as atividades em círculo, para que a criança se envolva prazerosamente nos exercícios ministrados;
- Utilizar músicas infantis com temas dos livros selecionados para o encontro;
- Relacionar o tema da aula de maneira interdisciplinar, com dados diversos.

Atividades sugeridas a partir dos materiais fornecidos pelo projeto “trilhas”

Atividade I - Adaptado do jogo didático “bicho maluco”

Nesta atividade, foram “criados” animais imaginários, em que trabalhávamos de forma interdisciplinar conteúdos curriculares de Ciências, Geo história e Língua Portuguesa, pois os “bichos malucos” eram uma criação individual de dois animais da fauna da região e outros conhecidos de vários, a escolha dos alunos.

Você conhece os animais da região? Na aula de hoje, vamos brincar de “bichos malucos”. Você cria bichos diferentes, dá um nome para eles e escreva onde ele vive, de que ele se alimenta etc... (nessa atividade, a professora deve acrescentar figuras de animais da região recortadas como as que estão no jogo didático).

Dados do bicho maluco

Nome:

Lugar onde vive:

Alimentação:

Atividade III. Adaptado do caderno de orientações sobre “poemas”.

Como você já aprendeu o diminutivo e o aumentativo dos animais, é a vez de criar poemas usando os nomes que você escreveu. Observe estes que a gente criou:

Era uma vez um gatinho

Na floresta da Bulandeira

Ele era muito engraçadinho

O caçador viu um tatuzão

Era amigo de um pintinho

O bicho não estava sozinho

E também de um

Ao lado dele tinha um

Quando eu chego em casa,

O mambira é preguiçoso

Dou leite para o gatinho

Anda devagarzinho no chão

Carne para o cachorro

Um dia ele levou um susto

E alpiste para o

Pegou carreira de um

Na comunidade Igarapé da raiz

Na comunidade Colônia nova

Moram meus queridos coleguinhas

Tem um igarapé bem grandão

Eles gostam de brincar na mata

Quem mora em suas águas

E ver as alegres(plural)

É um baita de um

Você quer tentar fazer poeminhas? Este espaço é pra você criar versos bem bonitos!

(criar mural com os poemas produzido pelos alunos)

